

Mulheres contra a Ditadura

CÂNDIDO JORNAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ Nº 148 – 157 MARÇO A DEZEMBRO DE 2024



Série especial do jornal Cândia resgata a história de mulheres brasileiras na luta contra o regime militar (1964 – 1985)

MULHERES CONTRA A DITADURA

Uma biblioteca pública editar um jornal dedicado à cultura e à literatura é algo, sob vários aspectos, de grande importância: promoção da leitura, difusão de conteúdos que podem contribuir com a ampliação dos horizontes educacionais e instrutivos da comunidade, entre muitos outros.

Tal iniciativa promove a democratização do acesso à informação e, no melhor dos casos, ao conhecimento, permitindo que as pessoas se envolvam ativamente com a produção literária e artística não só de sua localidade, mas do país como um todo, uma vez que o **Cândido** se trata de um periódico de alcance nacional.

Além disso, um jornal literário deve servir como espaço de reflexão e debate sobre temas de relevância. Ao destacar vozes diversas de modo democrático, a publicação contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. O **Cândido**, sem dúvida, exemplifica essa missão.

Sob a condução da jornalista e editora Marianna Camargo, o periódico passou a ter notável aumento da presença feminina em suas edições, seja com capas criadas por talentosas artistas visuais, seja com conteúdos enriquecidos pela contribuição de mulheres do segmento cultural, refletindo diversidade de perspectivas e experiências.

Em suas edições de 148 a 157, o **Cândido** apresentou proposta arrojada: uma série de dez conteúdos jornalísticos realizados com mulheres que, cada uma à sua maneira, resistiram aos difíceis anos da ditadura no Brasil. Essa iniciativa, entre tantas outras que colocam o suplemento entre as publicações de literatura e cultura de maior renome no país, é extremamente valiosa, pois dá voz e coloca as histórias dessas mulheres em destaque, permitindo que suas existências e experiências sejam reconhecidas e celebradas.

Nesta edição especial **Mulheres contra a Ditadura**, o **Cândido** apresenta um rico mosaico de vozes autênticas e impactantes. Assim, não apenas informa, mas também inspira e reafirma o papel fundamental da cultura e do jornalismo no constante exercício de cidadania e construção de uma sociedade consciente de sua História.

Luiz Felipe Leprevost

Diretor da Biblioteca Pública do Paraná

Índice

4 EDITORIAL

Nós estamos aqui

por Marianna Camargo

5 TERESA URBAN

Um pouco sobre minha mãe

por Gunther Furtado

11 ELZA APARECIDA DE OLIVEIRA FILHA

Coração

por Francisco Camolezi

22 ELISABETH FORTES

"Eu vou brigar o tempo todo"

por Francisco Camolezi, Maria Beatriz Peres e Marianna Camargo

39 AMELINHA TELES

Nos olhos de Amélia, um Brasil vestiu o Brasil

por Lucas de Lima

53 CASSANDRA RIOS

A volúpia da escrita

por Marianna Camargo

68 SONIA LAFOZ

O repouso da guerreira

por Francisco Camolezi

84 ROSANE VIANNA

Luta letrada

por Maria Beatriz Peres

102 ALMIRA MARIA MACIEL

"Aprender a escutar talvez seja a melhor forma de esperarçar"

por Carlitos Marinho

116 NOEMI OSNA

Um pouco de história; lembrar para que não se repita

por Noemi Osna

124 SUELI BELLATO

Tem um chão para a gente trabalhar

por Vivian Faria

Nós estamos aqui

O jornal **Cândido** publicou a série **Mulheres contra a Ditadura**, um material inédito e especial, entre março e dezembro de 2024. O conteúdo foi pensado com o objetivo de marcar os 60 anos da instauração do regime autoritário no Brasil, de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Este episódio nefasto da história brasileira continua deixando marcas nos processos sociopolíticos do país, e seu pouco debate invisibiliza as ações por um Brasil democrático.

O documento, portanto, se propôs a resgatar as perspectivas femininas de resistência — muitas vezes ocultas sob o apagamento histórico dentro de uma sociedade patriarcal — dessas mulheres que enfrentaram a opressão, as torturas físicas e psicológicas, o machismo, a gestação e a criação dos filhos, e ainda atuaram estrategicamente nas ações de combate ao regime.

A série traz também questões que o jornal considera importantes para a construção da cidadania brasileira e fortalecimento da história do país, como o resgate da memória, a consciência inequívoca dos fatos e o registro testemunhal das pessoas que reagiram ao autoritarismo, com toda a veemência necessária para solidificar uma sociedade mais justa e humana.

O jornal contou com um time de profissionais que transformou a memória em registro, em forma de entrevistas, perfis, relatos, depoimentos, e alicerçaram concretamente histórias potentes e pulsantes.


Foram publicadas, pela ordem de periodicidade do jornal: **Teresa Urban, Eliza de Oliveira Filha, Elisabeth Fortes, Maria Amélia de Almeida Teles, Cassandra Rios, Sônia Lafoz, Rosane Vianna, Almira Maciel, Noemi Osna e Sueli Bellato.**

Essas mulheres representam todas nós, as que vieram antes delas, as que estavam ali, as que estão aqui e as que virão.

Marianna Camargo

Editora do Jornal **Cândido**

Em homenagem a Elisabeth Fortes, que faleceu em janeiro de 2025 e acreditou neste projeto desde o início. Nosso eterno agradecimento.



Um pouco sobre minha mãe

Teresa Urban

por Gunther Furtado

Em março de 2024, em sua 148ª edição, o jornal **Cândido** inaugurou a série **Mulheres contra a Ditadura**. A primeira homenageada foi **Teresa Urban** (1946 – 2013), com texto escrito por Gunther Furtado, seu filho. Teresa é referência no jornalismo e no combate aos governos autoritários. Formada em Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR), se envolveu no movimento estudantil, ponto chave na resistência contra a ditadura, também escreveu para vários jornais e se consolidou como uma pioneira do jornalismo ambiental. Ela deixa um legado que jamais deve ser esquecido e inaugura essa série de publicações.



A primeira coisa que eu lembrei quando a Maricota (como a minha mãe chamava a Marianna Camargo) me pediu este texto foi da resposta que eu dei a uma repórter que ligou para o telefone da Dona Teresa no meio do velório buscando uma frase sobre a morte: "Quem morreu foi minha mãe", disse meio irritado. Naquela hora eu não tinha muito como responder (até peço desculpas pela irritação). A figura pública era minha mãe e, ainda que muitíssimo misturadas, a mãe morreu maior.

Mas as pessoas são novos. Há fios que se encompram e enroscam e fazem nós. Nós somos feitos de muitos emaranhados. Bem, Teresa tinha mais fios para emaranhar e sempre achava mais um: foi do movimento estudantil, presa, torturada, exilada, condenada, apenada, presidiária e "noviça"; morou no campo para conhecer o mundo real e conscientizar as massas; foi jornalista no *Voz do Paraná*, *Veja*, *Jornal do Brasil*, *Estadão/JT* e provavelmente algum outro que devo ter esquecido; foi ambientalista, fez livros, contou histórias; pensou cidades e fez mais livros. De novo o velório: fios de todas as cores, falas de todos os assuntos, de todas as fases, pessoas que se conheceram lá e que tiveram relações igualmente intensas em cada tema. Tão intensas, que cada tema parecia o único.

Em uma das vezes em que foi presa na década de sessenta, na qual ficou em uma cela de onde podia ver a cela das prostitutas, é que a percepção que definiu o jeito de pensar o Brasil tomou o contorno definitivo: a violência que recaiu sobre quem divergia da ditadura era basicamente a mesma de sempre para quem era do andar de baixo. Ampliou-se a uma variedade maior de vítimas o método autoritário brasileiro de desde sempre.

Medo, o que mais sentimos foi medo. Encharcados. Atolados. Quando vivíamos na Coronel Dulcídio, lá por 1978, um ano antes ou depois, o Comando de Caça aos Comunistas mandou um Cartão de Natal com uma caveira dizendo "vamos te pegar!". Fui eu que abri. Para ela, o pior foi ter sido eu a ter aberto: eles ganhavam sempre, conseguiam nos deixar com medo. Mais de vinte anos depois, após redemocratização(?!), ainda era possível ouvir os cliques da escuta no nosso telefone.

Mais vinte anos e Teresa descobre que a anistia não era assim tão irrestrita: a condenação dela impedia que ela emitisse um atestado de bons antecedentes... o Estado havia esquecido de anistiar essa parte. Sola foi com sua pena... morreu sem ter bons antecedentes.

Medo é o que a gente sente, mas a vida é como convivemos com ele. Fez muita festa, festa de todo tamanho. Já que a vida já não podia ser normal, não foi. No dia 26 de março, fez 78 anos que Teresa nasceu e foi bem essa a velocidade em que vivia: 78 rotações.

Medo, às vezes ficava mais forte. Quando a geração-que-vem chegou, a dos anos 2010, com os escrachos e pesquisas para que nunca mais se esqueça, o medo voltou com força. Medo de que as "crianças" não tivessem noção clara do que os esperava, caso a natureza estruturalmente autoritária da sociedade brasileira rebrotasse nas rachaduras do verniz de civilização em que vivemos, "brincando" que o inferno, não, não é muito mais perto da superfície.

Quando o menino Ismael foi preso e torturado simplesmente porque estava no lugar errado na hora errada, mais uma rachadurazinha no verniz, Teresa escreveu-lhe uma carta e falou do que o medo faz no comecinho: de como a brutalidade da tortura aturde e destrói o modo como a realidade se apresentava. Disse de novo na carta que o método autoritário nunca foi desconfigurado para quem está abaixo do verniz. Já estava lá antes de 1964/1968 e continua aqui, como vimos e vemos com os personagens e configurações atuais da nossa política tropical cada vez mais quente.

E para falar das flores, Teresa acreditava na impossibilidade da humanidade escolher a autodestruição se estivesse informada o suficiente. Se muita gente soubesse o que estava em risco se o avanço sobre o território sem gente branca e rica não fosse freado, o mundo mudaria o jeito de tratar o planeta. Sendo a Teresa como era, não estaria viva se não brigasse, mas escolheu a briga de informar sobre meio ambiente porque achava que não era território em que o medo fosse assim tão forte. Foi. Apanhou, de novo, por cuidar da água e por criar parques. Não se pode evitar.

Seja quando brigava por um mundo de mais justiça ou por um cuidado maior sobre o planeta ou para

que a ciência fosse base para qualquer decisão coletiva ou para que o coletivo fosse base para decisões políticas ou sobre alguma outra briga que brigou, vivia o que a movia, sempre gostava de crianças e de futuro.



Coração

Elza Aparecida de Oliveira Filha

por Francisco Camolezi

Elza Aparecida de Oliveira Filha, jornalista e professora do curso de Comunicação Organizacional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, foi perfilada por Francisco Camolezi na 149ª edição do jornal **Cândido**. Elza foi estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR) na década de 1970, fez parte do movimento estudantil e, depois de formada, trabalhou nas sucursais curitibanas d'*O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Na vida política, militou contra a ditadura, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores do Paraná (PT-PR) e recebeu ameaças do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas.



► Elza Aparecida de Oliveira Filha

Ela não queria vir. Quase, por pouco, não botaram uma Marli, Sueli, no lugar. Mas Elza, em um mundo de Juninhos, Netos e Filhos, fez história na oposição. É Elza Aparecida de Oliveira Filha. A família vinha de uma sequência decimal de abortos involuntários por conta de uma cesariana malsucedida no parto da última irmã. "O útero se aderiu com não sei o que", explica Elza. A mãe, Elza, precisou passar por uma reconstrução para poder gestar novamente. Após a cirurgia, o médico avisou: nada de gravidez nos próximos meses. Pra quê? Passados 60 dias, claro, Elza Mãe já estava grávida. A gestação foi conturbada e o parto dramático. Era 1955 e, a pedido do médico, Seu João, o pai, precisou escolher entre a vida das Elzas. A mãe sobreviveu, mas Elza, a filha, nasceu mesmo assim. E veio com vida de sobra.

É por isso que, na contramão do comum, Elza Aparecida de Oliveira é Filha. Uma homenagem de João à mãe que correu o risco de perder a vida para passá-la adiante. Além de Filha, Elza é de Bom Sucesso, cidade pequena no centro-norte do Paraná. É também jornalista, professora, militou no movimento estudantil, sindicato e, hoje, gosta muito de música, cinema e literatura. Também curte cantar, dançar — Elza integra um grupo de dança circular. Cuida do jardim e borda para os netos.

Falências e infância

João, pai de Elza, era uma vítima do azar. Mudou-se para Bom Sucesso em 1952, nos primórdios do desenvolvimento da estrutura agrária e urbana do norte do Paraná. Foi vereador democrata-cristão — a religião acompanha Elza desde o berço —, teve um pequeno armazém, um escritório de contabilidade e demais negócios. Nada deu certo, quebrou diversas vezes. Pensando na educação das filhas, migrou a família para Londrina. Lá, depois da segunda falência, entrou em crise. "Eu trabalho pra caramba, não bebo, fumo, não tenho 'mulherada'. Por que que eu não consigo sustentar minha família de maneira decente?", queixava-se.

A data é incerta, mas era época de Ditadura Militar. Foi na porta ao lado que Seu João se descobriu vítima,



► Elza, em 2019, no pátio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

na verdade, do sistema, e não de um desalinhamento cósmico-arcano-moral-religioso. O vizinho da família era membro do Partidão, o Partido Comunista Brasileiro, e ofereceu ao pai de Elza uma outra visão sobre suas próprias falências. Ao invés de culpar o espírito do azar, por que não reparar no fato de que as vendas da mercearia decaíram após o surgimento do grande supermercado na cidade? João tirou o chapéu para o anticapitalismo. Agora, tanto o vizinho, que posteriormente veio a ser preso, como a irmã mais velha de Elza, que já estudava Medicina Veterinária em Curitiba, que chegou a viver na clandestinidade durante a ditadura, passaram a influenciar a leitura socialista do mundo de João.

Na mesma época, o jornal se tornou protagonista na vida de Elza. Ela se recorda de ansiar a chegada dos domingos e ler *Os Lusíadas* com seu pai nas folhas do *Estado*. Também chamavam a atenção de Elza as reportagens da guerra do Vietnã e dos protestos estadunidenses. O mundo parecia menor. Elza entendeu a importância da comunicação e da informação. Decidida, queria fazer parte daquilo. Queria ser jornalista.

O jornalismo

Elza entrou para a universidade em 1973, antes mesmo do curso de Jornalismo da UFPR completar 10 anos de existência, em 1974. De acordo com a estudante, o cerceamento militar na universidade era forte. Foi comum, durante a ditadura, aparecer em aula a figura de um homem de terno, misterioso — apesar de todos saberem do que se tratava —, no canto da sala. Era o serviço de informação do governo, ligado à reitoria da universidade. Impedida de acontecer por meio do ensino, a mobilização política ganhava espaço no movimento estudantil. Lá, dizem as boas línguas, Elza ganhou fama de marrenta. De acordo com a jornalista, "era preciso estar atento... e forte", como na música de Gal Costa.

Apesar do envolvimento durante sua graduação, que durou até 1976, Elza julga que viveu um período "calmo" do movimento estudantil. Começou a trabalhar com o jornalismo cedo, antes mesmo de terminar o curso, o que a afastou da militância nos últimos anos de graduação. Mas o anseio pela mudança é inerente, e foi o que lançou Elza na cena do jornalismo curitibano.



➤ Elza, Carlão e Rettamozo, em 2018, no hall da Biblioteca Pública do Paraná

Durante o 16º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, Elza e Ruth Bolognese, colegas de trabalho na redação d'*O Estado do Paraná*, apresentaram o trabalho intitulado *Escolas de Comunicação Social no Paraná ou o distanciamento entre a formação profissional do jornalista e o mercado de trabalho*. Na ocasião, estavam presentes delegados do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo que saíram para tomar uma cerveja com Elza e Ruth após o evento. No bar, onde as palavras saem mais fácil, Elza acaba expondo o esquema de Mussa José Assis, diretor de redação d'*O Estado do Paraná* e correspondente d'*O Estado de São Paulo* que, após uma breve "penteada", simplesmente enviava as matérias das repórteres recém-iniciadas para o jornal paulista, sem remunerá-las. Nesta maracutaia, desavisada, Elza chegou até a dar manchete no *Estadão* em 1975, quando a Geada Negra vitimou plantações de café paranaenses.

Hoje, a história arranca risadas, mas, na época, foi motivo de burburinho interestadual. Na delegação do sindicato de São Paulo, onde a fofoca correu solta, três jornalistas que trabalhavam no *Estadão*, entre eles Dirceu Martins Pio, fizeram pressão para que o jornal reconhecesse que, ao não remunerar as repórteres que faziam seu trabalho de correspondente, Mussa pecava em ética. Isso, somado ao fato de que o *Estado* ganhava cada vez mais destaque no cenário nacional, fizeram com que o jornal paulista abrisse uma sucursal no Paraná, chefiada por Dirceu, onde Elza foi trabalhar. Ruth, por sua vez foi para a sucursal do *Jornal do Brasil*.

Foi no *Estadão* que Elza conheceu Carlos Ruggi, fotógrafo, que veio de São Paulo para abrir a redação no Paraná. Hoje, o casal comemora "40 e nem sei quantos anos" de casamento. Dados da própria Elza. "Não temos uma data para comemorar o dia do casamento. Mas temos uma relação bastante sólida, estável, cercada de amor, que resultou em três filhas, três mulheres". Elza é coração.

Um ano depois de se conhecerem, Elza e Carlão passam a morar juntos. Alugaram o sótão na casa de ninguém mais ninguém menos que Teresa Urban, medalhão do jornalismo brasileiro. Os três trabalhavam na sucursal do *Estadão*, moravam juntos e, ironicamente,

te, foram demitidos também juntos em 1977. Hoje, Elza conta a história entre risadas e saudades de Teresa, que faleceu em 2013.

A casa — Elza e Teresa

A relação de Elza e Teresa é anterior ao jornalismo. Teresa militava no mesmo partido clandestino que a irmã mais velha de Elza, o Partido Operário Comunista. Politicamente perseguido pela ditadura, o partido foi dissolvido em 1970, levando Teresa a se exilar no Chile e a irmã de Elza à clandestinidade.

O reencontro de Elza com Teresa se deu no final de sua graduação. Juntas, foram trabalhar na sucursal do *Estado de São Paulo*. O sobrado onde moravam — que ficava na rua Coronel Dulcídio, próximo a onde hoje é o shopping Novo Batel — era um centro de discussão intelectual e organização política em Curitiba. Lá se reuniram as primeiras mobilizações em torno da oposição sindical, editaram o jornal *Documento Zero*, que falava sobre a situação do jornalismo paranaense, participaram de reuniões do movimento da anistia, dos primeiros movimentos ambientalistas no Paraná e, inclusive, da fundação do Partido dos Trabalhadores no estado. Foi lá também que Elza, Teresa e Carlão receberam as famosas cartas do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC.

Também moravam na casa quatro cachorros, dois gatos, "não sei quantos passarinhos" e dois filhos pequenos de Teresa, Gunther e Lupe.

Esquerda nas escolas

Depois da caótica demissão tripla em agosto de 1977 no Estadão, Elza trabalhou por dois meses na *Folha de Londrina*. Em janeiro de 1978, foi convidada por Moura Reis, chefe da sucursal paulistana d'*O Globo*, para trabalhar no jornal, na sucursal curitibana. "Eu vou te convidar para trabalhar muito, para ganhar pouco, para não ter nenhuma infraestrutura, mas eu prometo

que se você tiver um desempenho legal a gente vai melhorar as condições de trabalho em breve". A proposta, que mais parecia desanimadora, encantou Elza. O pouco que *O Globo* pagaria já era maior do que a *Folha de Londrina* e, além disso, acabava a cobertura do rame-rame provinciano. Elza gostava de trabalhar em jornais de abrangência nacional por isso: o perrengue é da metrópole.

Elza começou n'*O Globo* em janeiro, mesmo mês em que foi convidada. Logo em seguida, aconteceu um dos mais esquisitos e toscos escândalos da Ditadura Militar no Paraná: a Operação Pequeno Príncipe. Elza chama o episódio de "a prisão do pessoal das escolinhas". No caso, foram presos Édésio Passos, Zélia Passos, Luiz Manfredini, entre outras pessoas, pais e professores das pré-escolas Oficina e Oca, acusados de ensinar marxismo para crianças de 0 a 6 anos de idade. Nem todos os aliados da Ditadura foram capazes de defender o absurdo, como a família Marinho, do Grupo Globo, o que acabou abrindo espaço para Elza escrever sobre as prisões no jornal. Além disso, o chefe de redação do *Globo* já tinha trabalhado com Édésio Passos no jornal *Última Hora*, de Samuel Weiner, o que

"Acho que devem surgir novas gerações aí que venham assumindo esses postos"

acabava por gerar uma simpatia do jornal com os presos na operação. Em maio de 78, Elza foi registrada na *O Globo*. A cobertura do caso das prisões nas escolinhas foi muito bem recebida pelo público e pela redação do jornal.

Em outubro de 1998, Elza foi demitida. Mas ela não podia parar. Tinha três filhas para, ao lado de Carlão, dar o que comer. Em novembro do mesmo ano, saiu, na Universidade Federal do Paraná, um edital de seleção para professor substituto para atuar em disciplinas de Redação Jornalística. Convidada por Rosa Maria Dalla Costa, primeiramente, Elza recusou o convite. Sobrava medo e faltava interesse pela sala de aula. Felizmente, o edital não teve nenhum inscrito. Foi realizada outra chamada e, dessa vez, Elza decidiu se inscrever. Passou e, a partir dali, mudou sutilmente e para sempre os rumos da vida.

No primeiro dia, "entrei na sala de aula assim: com as pernas parecendo uma gelatina de tanto medo e tanta insegurança", relata. De qualquer forma, não demorou muito e Elza estava apaixonada pela docência. Fez muito bem a ela estar entre a juventude, na universidade, nos movimentos, de novo. No ano 2000, escreveu seu projeto de mestrado. Tornou-se mestre em janeiro de 2002 e logo engatou o doutorado, concluído em 2006. Trabalhou como professora nas instituições de ensino superior Unibrasil, Tuiuti do Paraná e Positivo. Hoje, é professora no Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), onde mantém pesquisas e um grupo de estudos na área de educação midiática e *fake news*.

Na universidade, Elza é querida. Chama todo mundo pelo mesmo nome: Coração. Assina seus e-mails com "beijos beijos", "beijos mil", e marca de forma ímpar a vida de todos os seus estudantes, sejam pelas tortuosas provas de Teoria da Comunicação II ou pelo afeto e carisma, nos quais Elza é especialista.

Quando perguntada se aquela Elza militante ainda vive, a professora assume que, no decorrer da idade, perdeu o pique. "Eu já tive momentos em que me jogava na militância, passava madrugadas escrevendo. Hoje acho que já não tenho mais toda essa disposição".

No entanto, isso é mero detalhe. Para Elza, seria impossível perder o compromisso com a construção de um mundo melhor, "por uma sociedade menos desigual, menos privada de preconceitos, onde as pessoas sejam mais respeitadas nas suas essências, nas suas escolhas". Ainda sobre a militância, direcionada a uma turma universitária de calouros em jornalismo que a perfilavam, Elza diz: "Acho que devem surgir novas gerações aí que venham assumindo esses postos". Tá no ar. Pega quem quiser. <

“Eu vou
brigar

O

temo
por
tudo

Elisabeth Fortes

por Francisco Camolezi,
María Beatriz Peres
e Marianna Camargo

Elisabeth Fortes recebeu a equipe do jornal **Cândido**, Francisco Camolezi, Maria Beatriz Peres e Marianna Camargo, no seu apartamento, em Curitiba (PR). Em torno da mesa de sua sala, com uma grande janela para a zona norte da cidade, Beth conta sobre sua trajetória na militância política durante a Ditadura no Movimento Estudantil, o período em que ficou presa e o trabalho como jornalista.

Assim que chegamos, Elisabeth nos levou a um dos quartos do apartamento. Disse: "Olhe ali!", apontando à direita. À nossa vista estava a Penitenciária do Ahú, local em que ela ficou encarcerada por 1 ano e meio. Marianna pergunta: "Você consegue morar ao lado do lugar onde foi sua prisão?". Ela a olha com um sorriso, como se compreendesse que a memória é indelével e ao mesmo tempo, com o olhar de quem possui a lucidez inequívoca de quem já passou por uma experiência intensa, que existe como cicatriz, marcada a ferro e fogo, para não esquecer e para ressignificar.

Beth faz questão de reafirmar sua posição: "Eu sou a famosa 'piolho'. Eu sou teimosa. Isso faz eu desistir? Não faz. Faz com que eu vá mais à frente. Eu vou brigar o tempo todo. Não quero nem saber a hora que eu não tiver mais força. Aí a gente vai ver. Mas enquanto eu puder, eu vou lutar".

Publicado na edição nº 150 do Jornal **Cândido** em maio de 2024.



> Elisabeth Fortes

geração

68

"Eu percebia que o clima era estranho"

Eu nasci em Quatiguá, interior do Paraná. Minha família morava em Santo Antônio da Platina. Eu nasci em 1945. As mães ainda não faziam parto em hospital, eram com parteiras, eu nasci de parteira. Nessa cidade morava a minha avó. Quando a minha mãe estava para ter filho, ela ia para a casa da avó. Primeiro veio o Otávio, depois a Dedé [Adelaide]. Nós três nascemos de parteira, só a Bea [Beatriz] que nasceu em hospital. Eu nasci dia 12 de junho. Daqui dois meses eu faço 79 anos. O ano que vem eu já faço 80. Estou velhinha, né? Estou *rodada* [risos]. Morei a infância toda e um pedaço da adolescência no interior do Paraná. Infância de criança de classe média. Meu pai não era muito pobre, mas também não tinha muito dinheiro, já que tinha quatro filhos para criar. Então, era aquela vida de criança que não tinha telefone, que brincava na rua, no quintal. Aí, o lado machista do meu pai, pequeno burguês, claro, comprou uma bicicleta só para o meu irmão. As irmãs não tinham bicicleta, mas a gente andava enfiando a perna por baixo do cano do mesmo jeito.

O Otávio já tinha terminado a escola e estava vindo para Curitiba fazer faculdade. Eu resolvi que ia fazer também. Dizia para meu pai: "Eu quero fazer faculdade", e ele respondia: "Não, mulher não precisa. A mulher precisa casar, precisa aprender a bordar". Eu retrucava: "Não, eu quero fazer faculdade, eu quero estudar". Bati um pouquinho o pé e meu pai resolveu mudar para Curitiba. Chegamos no início de 1964, veio toda a família. O Otávio já estava entrando na faculdade de Arquitetura, eu ia terminar a escola e fazer o vestibular e a Dedé também estava pensando em fazer faculdade. Então, ele decidiu que todos viriam para Curitiba.

É em abril de 1964 que os militares tomam o poder. Chegamos no início do ano. Quando cheguei, já sentia um clima, mas eu era muito alienada. Uma menina que não tinha nem noção do que estava acontecendo. Mas, eu percebia que o clima era estranho. Sentia que tinha alguma coisa errada. No dia de 31 de março para 1º de abril, não tínhamos televisão, apenas um rá-

dio — esses radinhos pequenininhos —, e escutamos o noticiário sobre os militares de Minas Gerais e de São Paulo se unindo para derrubar o Jango [João Goulart, presidiu o Brasil de 1961 a 1964]. Fiquei muito assustada, e ao mesmo tempo muito interessada. "O que é isso? O que está acontecendo?". Disso para entrar na faculdade foi uma questão de meses.



Foto: Maria Beatriz Peres | Edição: Iuri De Sá

"Andávamos o dia inteiro"

A Teresa Urban [Jornalista, 1946-2013] já estava na faculdade, inclusive, eu era caloura dela. Ali, conheço uma série de pessoas muito brilhantes, muito inteligentes, lideranças. Fiz o primeiro ano na Universidade Católica Santa Maria, que era na Rua XV, do lado do Teatro Guaíra. Era a faculdade. É neste primeiro ano que começo a despertar para um monte de coisas: músicas maravilhosas que começam a aparecer, peças de teatro muito interessantes que eu começo a descobrir. No Colégio Santa Maria tinha um pequeno cinema que passava o tempo todo filmes maravilhosos. E a gente ia lá,

assistia o filme e depois ficava debatendo sobre. Tudo isso vai mudando a tua cabeça, vai crescendo.

Nesta época, termino o primeiro ano [na Católica] e peço transferência para a Federal [UFPR] — eram três anos de jornalismo —, e entre 1967 e 68 fiz a UFPR. Aí, o movimento estudantil já está no máximo. Às vezes eu saía de casa e não voltava nem para dormir. O meu roteiro era assim: eu morava em frente ao Hospital Nossa Senhora das Graças, no Mercês. Então era sair dali, ir até a esquina da Manoel Ribas e descer. A primeira parada era a UPE (União Paranaense dos Estudantes). Parava ali, já tinha gente discutindo, e daí a gente se envolvia. Mas também, nessa idade, tanto faz andar uma quadra como dez, para nós não fazia diferença nenhuma. Andávamos o dia inteiro mesmo. Ia e voltava: "Vamos para a Assembleia?", passava no Restaurante Universitário, almoçava, dali você já sai para fazer não sei o quê. Fizemos muita assembleia, muita passeata.

"Será que vai cair neve?"

O ano de 68 foi mais ativo, mais pesado, porque a gente passou o ano inteiro brigando uma coisa atrás da outra. No dia 13 de dezembro de 1968 vem o AI-5¹, que daí põe tudo na ilegalidade. Tínhamos o Diretório Acadêmico representando a nossa faculdade e tinha a UNE (União Nacional dos Estudantes), que estava proibida, era clandestina, e a gente não aceitou. Então, nós vamos brigar pela UNE, nós temos direito a nossa representatividade. Toda a panfletagem, a maioria dela, era feita no mimeógrafo. Era a nossa comunicação. Tinham várias informações de fora para dentro. Não tinha telefone, não tinha nada. Pichação a gente também fazia. Normalmente saía um casal, um homem e uma mulher, nunca duas meninas ou dois meninos, por-

1 Ato Institucional Número Cinco - quinto de dezessete grandes decretos emitidos durante a ditadura; o AI-5 foi uma resposta aos protestos liderados pelo movimento estudantil na época.

que a hora que você via que tava vindo o policial, fingia que estava namorando e largava tudo ali mesmo. Mas sempre muito atentos. Havia também um código para encontrar alguém: eu não te conheço, você não me conhece, mas tenho uma senha para falar com você. Tenho que passar ali na Boca Maldita para encontrar um homem que vai estar com a gola levantada, o Fábio Campana [Jornalista, 1947-2021], com um jornal embaixo do braço. Você chegava e dizia uma senha estranha. O sol brilhando e era: "Será que vai cair neve?". Se ele dissesse: "É, neve não, mas vai cair um raio na tua cabeça". "Ah, então é você que estou procurando". Se o cara dizia "Você tá louca?", já sabia que não era aquele. Então as comunicações eram assim. A maioria das vezes isso dava certo, às vezes não. Às vezes um ou outro caía nisso, porque o tempo todo a gente sabia que tinha gente infiltrada.

"Quantas vezes te derrubarem você vai levantar. E levantar mais forte ainda"

Têm algumas histórias muito engraçadas. Precisávamos fazer uma panfletagem e toda a polícia estava atrás de nós. Então, eu não me lembro exatamente quem, mas eu acho que um deles foi o Vitório Sorotiuk (Advogado, 1945) e mais alguém, talvez a Teresa Urban. Pegaram um monte desses panfletos e levaram para cima de um prédio. Botaram lá em cima com um monte de saco de gelo, deixaram e desceram. E todo mundo sumiu. O gelo derreteu. Aí começou a panfletagem e a polícia, desesperada, querendo pegar quem é que estava fazendo aquilo. Todo mundo já tinha escapado, estava longe. Então, ainda tinha essas "sacadas", né? Isso o tempo todo. Às vezes, a gente tinha uns caixotinhos que deixávamos perto da Praça Tiradentes e na Praça Santos Andrade. A gente subia no caixotinho e fazia assembleia, discussão rápida, e corria de novo. Porque você via de longe que estava vindo a polícia.



Fotos: Maria Beatriz Peixes | Edição: Lúria De Sá

"Você não tem a certeza, mas tem a desconfiança"

Quando a gente foi para Ibiúna², no trigésimo Congresso da UNE, em outubro, a polícia já tinha cercado o sítio inteiro. Como é que ela sabia disso? Um erro nosso. Quase mil pessoas em uma cidade que tinha, acho, no máximo cinco mil pessoas, a gente na padaria e pede 500 pães. Como assim? Então, o que esse rapaz quer? E dentro, mesmo no nosso grupo, tinha olheiros, informantes, por isso nós caímos em Ibiúna. Os próprios estudantes faziam parte. Sabe aquele cara boa gente, simpático, que está em todos os lugares e tal, mas você nunca consegue identificar qual é a faculdade? Ou está na faculdade, mas não vai para a faculdade? Você não tem a certeza, mas tem a desconfiança. Alguns paramilitares, inclusive o Cabo Anselmo³. Ele se filiou ao partido, participava de reuniões do alto escalão, e depois de muito tempo ficamos sabendo que ele era militar mesmo, que estava passando tudo que tinha de informação. Ele se infiltrou e quase desmantelou o partido inteiro entregando todo mundo. Então tem isso também.

2 Devido ao regime militar, as reuniões da UNE estavam proibidas e o 30º congresso seria realizado de forma clandestina. Segundo o ex-estudante Osvaldo Francisco Noce, alguns líderes do movimento estudantil gostariam que o congresso fosse realizado no Crusp (conjunto residencial da Universidade de São Paulo (USP)), mas a maioria votou para que a sede fosse num sítio afastado, no interior de São Paulo, em Ibiúna. Fonte: UNE, 2018.

Eu tenho um livro que é pesadíssimo e se chama *Matar e Queimar* [Denise Assis, Editora Kotter] que é sobre um dos caras do Exército. No Rio de Janeiro, eles prendiam as pessoas e levavam para a "Casa da Morte", em Petrópolis. Então, às vezes, já chegavam com o cara morto, às vezes com ele vivo. Matavam em Petrópolis e enviavam para o Espírito Santo o corpo embrulhado em saco de lixo, depois queimavam numa usina de açúcar que estava parada. Sumiram com muitos corpos deste jeito. Algumas descrições são chocantes. Um dos rapazes, quando chegou lá na "Casa da Morte", ainda vivo, tinha um braço arrancado e estava com as pernas quebradas. Ele não aguentava mais, mas continuaram com a tortura e depois o mataram. E queimaram. Sumiram com o corpo, né? Então a ditadura inteira, de 1º de abril de 1964 até 1985, foi cada vez piorando mais. À medida que ia passando o tempo, eles se preparavam melhor, inclusive, para nos perseguir. E nós também criamos mais coragem. É uma coisa muito louca. Porque você vê que quantas vezes te derrubarem você vai levantar, não adianta. E levanta mais forte ainda. E já sabe, inclusive, que tal coisa não dá para fazer, mas outra sim. Então é uma luta mesmo, uma luta diária, constante. A juventude tem uma coisa muito boa que é não ter medo de morte.

Quando fomos presos em Ibiúna, ficamos uma semana no Presídio Bandeirantes e daí nos devolveram para Curitiba. Nós estávamos em uns 22 estudantes, mais ou menos. Daí, como a gente não conseguiu fazer o Congresso da UNE em São Paulo, decidimos o seguinte: "Então, nós vamos fazer eleições regionais. Cada Estado vota no seu candidato a presidente e a dita diretoria da UNE. Daí cada um de um Estado levava o voto". Ficaria muito mais tranquilo. Aí que a gente foi fazer a reunião na Chácara do Alemão, onde a gente foi se reunir para votar, no [bairro] Boqueirão. Eu não

3 José Anselmo dos Santos (1942-2022). Agente duplo. Alistou-se na Marinha do Brasil e filiou-se à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em março de 1962. Por outro lado, agia como representante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e, posteriormente, formou o primeiro núcleo de treinamento de guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), depois filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

sei te dizer exatamente onde, porque depois que a gente foi presa, eles botaram a gente nuns caminhões e levaram direto para o quartel do Boqueirão.



Foto: Maria Beatriz Pezes | Edição: Jureia Sô

"Não tinha medo de morrer, mas do que explicaria para minha mãe"

O combinado era assim: se chegasse a polícia, estouravam os foguetes. Mas quando vimos, a polícia já tinha cercado tudo. Só depois que os foguetes estouraram. Existem discussões sobre isso. Por que não soltaram esses foguetes antes? O que é que aconteceu? Por que é que as pessoas responsáveis por isso não avisaram antes? Mas nós começamos a correr. Eu comecei a correr. Com as pernas compridas fica mais fácil, né? Eu estava de sandália, meia de seda, minissaia... que é uma outra luta. Essa é uma outra luta.

A minissaia é uma luta, a liberdade sexual é uma outra luta. Então a gente lutava por um monte de coisa ao mesmo tempo. Os direitos não eram só pela demo-

cracia, não só a liberdade, nós queríamos a liberdade verdadeira. Por que eu não posso transar com meu namorado? Por que essa proibição? Quando eu estava correndo de minissaia, estava com o Gilberto Bueno Coelho. Aí o soldado gritou "Para, moça". Eu continuei correndo, daí ele falou: "Para moça, se não eu atiro." Aí pensei: "eu vou parar, porque senão ele vai me dar um tiro e como é que eu vou me explicar para minha mãe?" [risos]. Não tinha medo de morrer. "Vou te dar um tiro" não significava nada. A preocupação era "Como é que eu vou me explicar para minha mãe?". Aí é complicado. Então, a juventude tem isso de bom, você é meio imortal mesmo, né? Você vai com tudo, com muita coragem.

"A vida não tinha o mínimo valor"

Foram presos 40 e poucos estudantes, no mesmo lugar, na mesma chácara. Fomos colocados nesses camarões e levados para o quartel do Boqueirão, depois eles nos levaram para o presídio do Ahú. Passamos uma noite e um dia inteiro. A gente chegou já devia ser umas 16h ou 17h no Ahú, fomos presos por volta de 12h e 13h. Daí eles começaram a identificar os estudantes e selecionaram 15 lideranças, 13 homens⁴ e 2 mulheres, eu e a Judith [Barbosa]. Eu, por exemplo, já tinha sido presa em Ibiúna e era muito conhecida na Universidade Federal. O Vitório [Sorotiuk] era presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), o Mauro Goulart era o presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná. A maioria de nós era liderança. A Judith era da História da Federal, bastante conhecida. O critério foi esse mesmo. Totalmente absurdo. Nós fomos o tempo todo julgados por uma junta militar. Nunca houve nenhum militar entre nós, [entre] os 15 estudantes civis julgados.

4 Antônio João Mânfió, Vitório Sorotiuk, Charles Champion Junior, Mauro Daisson Otero Goulart, Dacio Villar, Celso Mauro Paciornik, Bento Luiz Curvo, Hélio Urnau, Marco Apollo dos Santos Silva, João Bonifácio Cabral Junior, Iran Vieira Dias, Marco Antônio Nascimento Pereira e Mario Oba.

Nos prenderam e nos levaram para uma sala. Logo depois que estávamos presas, ficamos uns dois ou três dias incomunicáveis, sem conseguir falar com os pais ou um advogado, nada. Mas como tínhamos no grupo pelo menos uns quatro estudantes de Direito que sabiam como se comunicar, conseguimos uns advogados muito bons: René Dotti, Acir Breda, Jose Lamartine Correa De Oliveira Lyra, só medalhão. A maioria deles nos defendeu sem cobrar nada. Fomos o primeiro grupo a ser preso, julgado e condenado. Depois começaram a prender um atrás do outro. Como o presídio do Ahú era masculino, ainda nos ofereceram — para mim e para a Judith — ir para o presídio feminino, mas nos negamos, pois ali estávamos em 15 e cuidávamos uns dos outros; se nos separássemos, quem garantiria que chegaríamos vivas até lá? A vida não tinha o mínimo valor, então preferimos ficar em um presídio masculino, onde ficávamos trancadas 24h, mas tínhamos a segurança dos garotos, que eram treze. Eles — os treze — ficavam em uma cela só, em uma sala de aula onde dispuseram as camas deles.

Capa vermelha

Havia duas camas, uma pequena janela, uma mesa com duas cadeiras e um banheiro com vaso sanitário, chuveiro e pia. Quando chegamos não havia água quente, foi ter depois de um tempo. O café era servido na nossa cela. O almoço e a janta eram com os meninos. O tempo todo a gente lia muito. Uma coisa engraçada é que não podia entrar livro se fosse vermelho — *O Livro Vermelho*, do Mao Tsé-Tung, não podia, pois tinha a capa vermelha, mas *O Capital*, de Karl Marx, podia, pois a capa era branca. A carcereira era semianalfabeta e às vezes perguntava: "O que está escrito aqui?". Ela censurava os livros, mas não sabia o que estávamos lendo. Mas podíamos enviar cartas e às vezes recebíamos. Por exemplo, o Iran, que era de Fortaleza, e o Marquinho [Marco Antônio Nascimento Pereira], do Rio de Janeiro, que era recém-casado, quando a mulher dele não podia vir para Curitiba, se



comunicavam por cartas. Passava por uma censura, mas como era uma carta mais pessoal, não havia muito problema. Tivemos, sim, outros problemas: dos 15 presos, cinco foram condenados a 1 ano; e os dez foram condenados a dois anos, que diminuiu para 1 ano e meio. Os cinco primeiros foram o Iran Vieira Dias, Marquinho, Marco Apollo, o Mário Oba e a Judith Maria Barbosa, então, eu fiquei sozinha na sala. Fiquei seis meses sozinha. Mas, desde que começou a epopeia da nossa prisão, a gente podia receber a família aos domingos. Ia a minha mãe, meu pai, minhas irmãs e a minha sobrinha Dora [filha da Dedé], que quando nasceu, com oito dias, levaram para eu conhecer.

Nunca fui torturada fisicamente, embora o presídio já seja uma tortura. Tive alguns problemas com um ou outro policial por usar vestido e roupas curtas; eles ficavam falando gracinhas e passando a mão. Mas era isso. Os 15 ali dentro não sofreram tortura física. Enquanto estávamos lá, foram chegando outros presos políticos. Muitos foram torturados. Às vezes chegavam garotas sendo torturadas, passavam um ou dois dias e depois desapareciam, não sabíamos para onde elas iam. Lembro que na época passava a Copa do Mundo de 1970 na TV, era o único lazer que tínhamos.

"Desculpa, foi engano"

Não lembro quem passou um bilhete para a Beatriz [irmã mais nova] para entregar para um dos meninos que já havia saído, que dizia algo como "E aí, cachorrão, como vai a luta?", uma conversa de amigos.

Ela estava com o meu livro — *O Capital* — e colocou o bilhete dentro para entregar para o rapaz. Só que ela se encontrou com um rapaz da escola que pegou o livro emprestado, e ele acabou sendo preso. "Que luta é essa? Cadê as armas?". Prenderam a minha irmã com 17 anos, jogaram ela dentro de um fusquinha e a levaram para o quartel. Ficou aproximadamente dez dias presa sofrendo todo tipo de tortura. Mandaram ela tirar toda a roupa, penduraram ela de cabeça para baixo com o cabelo em uma bacia com água, e começaram a dar choques em toda parte do corpo. E ela dizia que não tinha nada a ver com aquilo. Ela pensava: "Não vou falar nada. Não adianta me perguntar nada, não vou entregar ninguém". Bea era muito resistente. Depois, a colocaram em um avião junto com o menino da mesma escola, e enquanto sobrevoavam Foz do Iguaçu, os militares abriram as portas do avião e ficaram ameaçando jogá-los lá de cima. Depois de dez dias de tortura ininterruptas, devolvem ela e dizem: "Desculpa, foi engano".

"Tira essa matéria"

Eu redigia para o *Jornal das 10h*, o *Jornal Estado do Paraná* e a *Tribuna*. Cansei de estar escrevendo e ter que parar, "tira essa matéria". Era assim: "Tira que essa daí não vai sair". "Não dá mais tempo". As desculpas eram das mais verdadeiras, "não, isso não é para entrar" até aquela "Ai, não vai mais dar tempo, deixa essa pra depois".

"Não tem como fingir que não estou vendo"

Aí vem as outras lutas nossas. Estava vendo que, atualmente, quatro mulheres são assassinadas por dia pelo "crime" de apenas ser mulher. Tem todas essas lutas paralelas. A injustiça, a falta de dignidade, a falta de moradia digna. É uma luta diária que não tem como fingir que não estou vendo. O sistema no Brasil é can-

ceroso e machuca todos nós. Por isso não me entrego, vou lutar o tempo todo, enquanto eu puder. Às vezes me questiono. Tenho medo de ser arrogante, não sou dona da verdade. Mas não posso fingir que não estou vendo.

Outro dia fui conversar com um grupo de prostitutas, gays e transexuais. Dói ouvir os relatos. Uma delas, agora uma mulher de 50 anos, contou que virou prostituta aos 11 anos porque o pai não tinha trabalho. Era o trabalho dela para levar dinheiro para casa. A polícia chutava e às vezes abusava dela, para depois soltar novamente na rua. Aquilo me deu uma dor. Elas têm um grupo para se auto defender, é a única coisa. Me pergunto: a gente já não devia ter superado isso?

A nossa sociedade é muito hipócrita. Faz vista grossa para um monte de coisa. Estamos regredindo ao invés de avançar. E não vai ser uma coisa fácil, não resolverá daqui a cinco ou seis anos. Talvez daqui a umas cinco gerações possa acontecer uma mudança. Porque está tão difícil mudar as coisas, romper padrões. Parece que agora é até pior do que a década de 1968, que a gente rompia, embora tivesse dificuldades.





O Elogio da Traição

Era uma época revolucionária em vários sentidos. O Chico Buarque de Hollanda cantando "*Pai, afasta de mim esse cálice*"⁵. É uma das músicas mais revolucionárias que eu já ouvi na minha vida. Belíssima. Enquanto ele está falando isso numa música, você tem o Millôr Fernandes trazendo uma peça que chamava "É..."⁶. Excelente peça, também revolucionária. É uma época rica, eu diria, tudo se expandindo. Havia uma coisa de participar, o ativismo político, que acaba englobando também outras coisas. Mas você ouvia o que podia. Era censura braba. Ainda assim, eu tenho até hoje, por exemplo, o álbum censurado *Calabar — O Elogio da Traição*⁷ (1973), de Chico Buarque. A história deste álbum foi assim: peguei carona com um amigo, com um colega do movimento, e coloquei o disco no banco de trás. Na hora de ir embora, quando cheguei em casa, "tchau, valeu, obrigado", e esqueci. No dia seguinte, o cara vai em casa e entra com um policial, resgatando todos os discos de novo, porque tinha capa censurada, capa com pichação, etc. Daí fiquei quieta, ele recolheu

5 Canção "Cálice" (1978). Composição: Chico Buarque e Gilberto Gil.

6 Peça de 1977, que teve sua estreia no teatro Maison de France do Rio de Janeiro. Elenco: Fernanda Montenegro, Fernando Torres, Helena Pader, Renata Sorrah e Jonas Bloch, direção de Paulo José e texto adaptado de Millôr Fernandes.

7 Escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra, "Calabar: o elogio da traição" é uma peça de teatro musicada lançada durante a Ditadura Militar pela editora Civilização Brasileira, em 1973.

todos. Devo ter ficado branca, assustada. E o meu disco ficou no carro. Peguei novamente o vinil, enfiei embaixo do sovaco e guardei. Porque pensei assim: isto é preciosidade, é uma das poucas capas que ficou. A censura era constante mesmo. No próximo encontro vamos ouvir juntos este álbum, escutar as letras, para não esquecer jamais. <



Nos olhos de Amélia,

um **Brazil** vestiu
o **Brasil**

Amelinha Teles

por Lucas de Lima

Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha, nasceu em Contagem, Minas Gerais. Presa durante a Ditadura, em 1964 e 1972, passou por quase 10 meses de reclusão. Jornalista e feminista, Amelinha foi assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva (SEV-SP) e da Comissão da Memória e da Verdade da Prefeitura de São Paulo (CMV). Atualmente coordena o Projeto Promotoras Legais Populares. Na edição nº 151 do jornal **Cândido**, publicada em junho de 2024, ela compartilhou mais sobre suas visões e experiências como uma mulher contra a Ditadura em entrevista ao jornalista Lucas de Lima.



➤ Amelinha Teles

Foto: Memória da Resistência de São Paulo | Edição: Luri De Sá

▮ ▮ Essa história ainda não foi contada e é uma dívida muito grande da academia, dos partidos políticos e dos movimentos de Direitos Humanos trazer a público essas mulheres. É uma questão de justiça. ▮ ▮

“Democracia só vai acontecer nesse país se a própria população entender e se apropriar disso”

Você diz que a discussão política esteve presente na sua vida desde criança, especialmente porque seu pai era sindicalista. Como foi essa formação política de base, marcada pelo ativismo efervescente dentro de casa?

Não só dentro de casa. Eu vivi num ambiente de eferescência política. Vou fazer 80 anos este ano, em outubro, ou seja, nasci em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. Sou da classe trabalhadora e tinha muita dificuldade de moradia, de ocupação do território e de locomoção até a escola. Então, minha vida de criança já era de obstáculos e luta. Convivendo com meu pai, que era sindicalista, foi muito fácil entender as contradições da realidade brasileira. Mais tarde, eu entendi as desigualdades de gênero e de raça. Mas a questão do racismo, por exemplo, era muito discutida nesses ambientes. A luta de classes, ou a exploração dos trabalhadores pelo patrão, era muito fácil de entender. Para mim, por não ser algo distante, nunca foi uma questão teórica. E eu, considerando a minha classe econômica, ainda tive uma orientação sofisticada, porque meu pai fazia questão de que a gente fosse estudar na melhor escola, o que não aconteceu com minhas colegas, amigas e vizinhas. Então, onde eu morava, sempre fui considerada uma intelectual. Não que eu fosse, mas é porque as pessoas tinham um nível de instrução muito baixo e não tinham oportunidades. Eu e minha família pensávamos que todo mundo deveria ter essa oportunidade de estudar, o que não acontecia. Essa vontade de que houvesse uma luta pela igualdade e a justiça social nasce desse processo de vida.

Perto dos anos 1960, você integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em um período em que muitas pautas sociais estavam emergindo ou em relevância. Em quais pautas o PCB se destacava na época e o que te fez aliar-se ao partido?

O PCB não atuava na legalidade, mas todo mundo sabia onde o pessoal se reunia. Eles tinham uma sede com dois jornais: *Novos Rumos* e *A Classe Operária*. Meu pai sempre os levava para casa e eu lia. Um dia, me convidaram para aparecer lá, e eu fui. Participei de várias reuniões. Acho que o mais importante para minha formação foi o curso para as pessoas que ingressavam no partido, que abrangia filosofia, economia e história, e foi a base para entender, no campo teórico, o porquê das contradições e como enfrentá-las na discussão política. Minha infância e adolescência se dão em plena Guerra Fria, que é o capitalismo *versus* socialismo. O mundo ocidental não podia ser socialista e havia uma campanha enorme contra o comunismo. Era uma coisa absurda, que se dava de várias formas, nas igrejas, nas escolas, na imprensa. Nós chegamos ao absurdo de ter no lugar em que eu morava — e imagino que em vários lugares do Brasil — um avião jogando panfletinho, que todo mundo corria atrás para pegar. Era propaganda contra o comunismo: "O perigo vermelho". E custa muito fazer panfletos, pegar um avião e distribuir na cidade. Enfim, eu fiz esse curso no partido que me deu muitos argumentos para defender a justiça social, a democracia e a liberdade de pensamento. O mais importante é que você aprende isso no campo teórico e absorve para sua prática. Você passa a ver que não precisava ser desse jeito, com tanta desigualdade, tanta injustiça e tanta violência. Você aguça sua capacidade de indignação frente às injustiças sociais. Aprendi isso com os comunistas daquela época.

As tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão, que consumaram o golpe em 1964, partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Sendo de Minas Gerais, como você observava e sentia o clima pré-golpe em sua cidade nesse período?

Eu não vou dizer que entendia isso na época, mas depois eu estudei. Esse golpe foi articulado ao final da Segunda Guerra Mundial. Os militares brasileiros entraram em contato com os militares dos Estados Unidos e começaram a pensar em políticas que impedissem o avanço do socialismo, das ideias de igualdade e de justiça social. Essas ideias seriam perniciosas para as nações latino-americanas, então os militares criaram a Escola Superior de Guerra sob a jurisdição do Estado-Maior das Forças Armadas (EMCFA), que sistematizaria essa luta contra o comunismo no campo econômico-social. E é uma coisa muito bem articulada internacionalmente. Esse golpe não aconteceu de repente no Brasil, é um processo. Para os militares o grande articulador teórico dessa doutrina é o Golbery do Couto e Silva, general que justifica o golpe pelo ponto de vista entre o estado de bem-estar social e o anti-comunismo, usando um slogan do Goering, militar alemão que criou a Gestapo, um aparato repressivo do Estado alemão que o Brasil copiou na Ditadura. Tudo é inspirado no nazifascismo. E é interessante que eles, junto com a CIA (Agência Central de Inteligência) e a própria War College, escola de guerra americana, de um lado, reforçam todo o aparato bélico e declaram guerra contra o povo, e de outro, trabalham ideologicamente com determinados segmentos, impedindo que façam qualquer crítica e tenham qualquer interferência no processo político. Então, qual segmento eles elegem? Primeiro, o do povo preto, que sempre foi isolado e marginalizado. E as mulheres? As mulheres são pretas, têm diversas orientações sexuais e são proletárias. E o que eles fazem? Eles usam uma tática, primeiro, de induzir o governo a fechar qualquer organização de mulheres progressistas. Juscelino Kubitschek, o JK, faz isso. Ele, que é considerado um governante democrático, fecha a Federação de Mulheres do Brasil a pedido da Liga das Senhoras Católicas, pois elas alegam

que essas mulheres progressistas vão para as favelas ensinar comunismo ao povo. Na verdade, o que elas faziam era alfabetizar, já que o Brasil tinha um grande número de analfabetos. Aí eu vejo como os comunistas são incoerentes, né? Porque eles estão no governo Juscelino, o apoiam, mas ficam quietinhos quando ele fecha a Federação. Eles não falam, não reagem. Além disso, criticam as mulheres que querem manter a organização, mesmo que clandestinamente. Ao mesmo tempo que essas forças golpistas articulam o impedimento da participação política das mulheres progressistas, estimulam as mulheres conservadoras a se organizarem. Se você for pegar na história, verá que, no início dos anos 1960, um grande número de organizações surgem, financiadas pela CIA e autorizadas pelos militares. Isso porque geralmente essas mulheres eram esposas de militares. Jango, articulado pela esquerda e pelas forças democráticas, quer fazer as reformas de base, tanto na área urbana quanto na área rural. Ele toma duas medidas que são muito importantes e que até hoje não foram colocadas em prática, porque logo ele é golpeado: a remessa de lucros para o exterior e a reforma agrária, ainda que muito tímida. Ele assinou essas medidas naquele famoso comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. O que aconteceu em seguida? A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que começou a acontecer em diversas capitais do Brasil. Dizem que houve 49 manifestações. Isso naquela época em que não havia internet e redes sociais. Quer dizer, o comício foi no dia 13 de março e, seis dias depois, conseguiram mobilizar milhões de mulheres? Lá em Belo Horizonte falava-se em 250 mil mulheres. Aqui em São Paulo, em 500 mil. No Rio de Janeiro, que bombou, um milhão. Então, isso mostra para a comunidade internacional e a comunidade política que os militares tinham o apoio popular que precisavam para fazer essa manobra. Eles contaram com quem? Com as mulheres manipuladas e cooptadas. Eu vi uma dessas marchas, que foi a de Belo Horizonte, que saiu do centro. É claro que não há tantas mulheres da elite para ir às marchas, quem realmente fazia aquela massa eram as mulheres pretas, em sua maioria, empregadas domésticas. A impressão que tive é que as em-

pregadas domésticas de Belo Horizonte e redondezas foram obrigadas a ir nesse dia para não serem demitidas. Logo em seguida, no dia 31 de março, Mourão mobiliza as tropas de Juiz de Fora, fazendo aquele terrorismo de Estado, mas ele começou algo que já vinha sendo preparado há muito tempo. Eles já festejavam o golpe, mas a repressão, na verdade, começou antes, contra lideranças sindicais, comunistas e políticos. Nos primeiros dias do golpe, meu pai já foi sequestrado. Só depois de seis meses descobrimos onde ele estava, vivo, com o braço quebrado e quase cego pela tortura. Na época, eu tinha 19 anos e minha irmã 16, quando fomos sequestradas dentro de casa na madrugada. Bateram na porta e achamos que alguém ia trazer notícias do nosso pai, mas eles nos levaram para o quartel, no Barro Preto, em Belo Horizonte.

Em 1968, você e sua irmã, Criméia, aderiram ao PCdoB, uma das organizações que defendiam a luta armada durante o período militar. Além disso, você começou a colaborar profissionalmente com a imprensa do Partido. Pode contar um pouco sobre essa sua atuação e movimentação política durante os anos da Ditadura?

O racha foi antes do golpe, em 1962, aí ficaram dois partidos, PCB e PCdoB. Nós aderimos ao PCdoB nesse ano. Eu tive a oportunidade de conversar com um dirigente muito interessante, Lincoln West, que tinha um discurso muito argumentativo e coerente. Isso porque a gente via que tinha uma bagunça, mas não entendia direito: uns diziam que é PCdoB e outros PCB. É difícil para a gente entender e, na verdade, eu acho que é uma discussão um tanto quanto absurda, mas enfim. Esse dirigente fez uma palestra em Belo Horizonte e nós, eu e minha irmã, fomos para o PCdoB. Então não foi em 1968, não. Depois que eu fui sequestrada pelo Exército em Belo Horizonte, fui demitida de onde trabalhava, a Companhia Siderúrgica Mannesmann, sob alegação de que eu estava sendo indiciada. Quer dizer, antes de eu mesma saber que estava sendo indiciada, a Mannesmann descobriu. Me demitiram pela Lei de Segurança Nacional: "Você está sendo demitida por is-

so. Aqui nós não queremos comunista". Aliás, uma das estratégias do golpe era o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), dos industriários, que articulava as grandes empresas com os golpistas. Então eu fui demitida e logo fui para a clandestinidade. Casei com César Augusto Telles, que era também ferroviário, sindicalista e comunista. Aí nós saímos de Minas e fomos para o Rio de Janeiro e logo eu já fui trabalhar na imprensa clandestina. Quando eu saio da cadeia, vou para a imprensa feminista e a imprensa alternativa.



➤ Ficha do DOPS de Amelinha

Você foi presa em dois momentos diferentes durante sua atuação política e a Ditadura, em 1964 e 1972. Nesse intervalo, muitas coisas mudaram, principalmente no que se refere aos atos institucionais. O que você pode dizer sobre as mudanças nas técnicas carcerárias e de tortura entre esses dois períodos em que esteve reclusa?

É o seguinte, após a Constituição de 1946, que era considerada a mais democrática, feita logo após a Ditadura Vargas e a Segunda Guerra, essa discussão pela democracia fervilhava. Então, ela [a Constituição] era

considerada a mais democrática. Embora, se a gente analisar melhor, nenhuma mulher participou. E naquelas garantias individuais, tinha que o racismo era crime, mas não tinha nenhum item no Inciso que dizia que homens e mulheres eram iguais em Direitos. Não existia isso, entende? Todos são iguais, mas esse "todos" são homens. Enfim, e quando deram o golpe, eles já prepararam o Ato Institucional I, que rasgou a Constituição. Os militares se vestiram do poder constituinte e, a partir daí, a Ditadura institucionalmente se instalou. Desde esse momento, nenhuma garantia individual estava assegurada, pois dependia do critério deles. Aliás, já vinham preparados com a doutrina de Segurança Nacional e afirmavam que o principal inimigo da nação era interno. Eles declararam uma guerra dentro do próprio país, em que o inimigo pode ser qualquer pessoa do povo, e, portanto, todos são considerados culpados até que se prove o contrário. Inverteram totalmente o princípio do Direito, que estabelece que todos são inocentes até que se prove o contrário. Agora partiam do princípio de que, se você usa óculos, é um intelectual e está estudando, falando e escrevendo contra o governo, logo, você é culpado. Bom, mas só para simplificar uma questão tão complexa que é a repressão política, eu vou me apoiar na Maria Helena Moreira Alves, que escreve "O Estado e a Oposição no Brasil". Ela faz uma tese de doutorado que é muito importante conhecer, onde fala das três fases da repressão. A primeira, é de 1964 até 1967, é a perseguição a todos os funcionários públicos que apoiavam o Jango (PTB), que nunca foi de esquerda, mas quem apoiava tinha que ser preso, então perseguiram sindicalistas, trabalhadores, lideranças e até militares que fossem a favor da Constituição de 1946 eram presos ou cassados. Eu conheci um aqui, em São Paulo, que era o general Zerbini, que defendeu a Constituição e foi cassado. Os que eles matavam na tortura, é interessante, eles dão a versão de suicídio. Cresceu o número de "suicídios" naquela época, isso é um fato. Na segunda fase nós pegamos o AI-5, editado no dia 13 de dezembro de 1968, que é o golpe dentro do golpe, a Ditadura dentro da Ditadura. Ele muda o caráter da repressão, porque aí é sequestro, tortura, estupro, assassinato e ocultação.

mento de cadáveres. Os que não conseguiram ocultar o cadáver, diziam que era um terrorista morto em tiroteio. Essa era a manchete principal dos jornais. Quando você via "terrorista morto em tiroteio", podia saber que não era. Foi morto sob tortura, e eles davam essa versão. Eles falaram isso para mim, que eu poderia ter uma manchete dessa enquanto estava no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna). Deram a versão da morte que eu teria com eles. Então, a primeira fase é a repressão contra o pessoal que lutava pela democracia, a segunda fase já é um pessoal que vai para luta armada e defende uma oposição radical, e a terceira fase, é a que tem mais corpos desaparecidos, no governo Geisel. E muita gente lembra dele como o "cara da abertura". Tudo falso. Ele é o "cara do desaparecimento forçado". Todo mundo foi morto, então ninguém sabe contar a história. Os militares não esclareceram, então a verdade não veio a público. São essas as três fases da repressão.

► Amelinha e César em dia de visita no Presídio do Barro Branco em São Paulo-SP



Quando se fala dos anos de Regime, o recorte de gênero geralmente não é abordado. No entanto, é provável que houvesse atuações específicas de grupos de mulheres organizadas e em posições de liderança na resistência aos militares. Inclusive, você aborda bastante esse tópico em suas discussões. Poderia compartilhar um pouco sobre o que você presenciou e acompanhou em relação à participação das mulheres na luta contra a ditadura?

Desculpa, mas vou colocar assim para você ver de onde estou partindo para fazer essa análise. O gênero é um elemento estruturante da sociedade humana. Quer dizer, o que é gênero? Desde que a humanidade começou a se enxergar, viu que uns tinham determinadas características biológicas e outros tinham outras. Alguns daqueles seres engravidavam, menstruavam, outros não. Então, com essas características biológicas, começamos a associar os atributos das pessoas. Mulher é assim, homem é assim. Começamos a dar nome e o gênero se tornou uma construção de valores masculinos e femininos. Mas como nós vivemos numa sociedade patriarcal, mesmo que nós mulheres tenhamos todos os direitos e deveres em relação aos homens, vamos ser sempre subjugadas. O feminino é menos valorizado do que o masculino. Então essas desigualdades de gênero se dão historicamente. Aqui no Brasil houve vários momentos na história em que as mulheres protestaram. Você pega, por exemplo, a Luiza Mahin, que foi uma feminista. Ela protagonizou a Revolta dos Malês, conhecia vários idiomas, era intérprete, fez uma comunicação clandestina entre vários grupos. E a gente conhece muito pouco essa figura na história. Ela pode não ter dito "Eu sou feminista", mas ela era. Eu contei um pouquinho sobre o pré-golpe, mas no pós-golpe, na Ditadura, as mulheres são revolucionárias. Elas enfrentaram a barreira da família, da escola, do partido e do sindicato, para ter uma participação política. Muitas foram para a luta armada. Na Guerrilha do Araguaia, que se não me engano, é a guerrilha rural que durou mais tempo, tinha quase 20% de mulheres. É pouco, porque nós somos mais de 50% da população, mas é muito do ponto de vista histórico e até para o momento atual. Se você pegar como exemplo o Con-

gresso Nacional, acho que têm 15% (segundo dados de 2022, levantados pela organização Gênero e Número, a proporção atual é de 18%). Na guerrilha, as dificuldades eram muito maiores. Você percebe então como as mulheres participaram? Tem um estudo do Estado-Maior das Forças Armadas que diz que 26% da guerrilha urbana era de mulheres. Eles fazem esse cálculo pelas prisões e pelas mortes que eles cometeram contra as guerrilheiras, mas talvez seja até maior. Eu sou velha e vivo estudando isso. Vejo muita mulher que foi da luta armada, mas nunca se apresentou como tal. Isso quer dizer que essa história ainda não foi contada. É uma dívida muito grande, tanto da academia quanto dos partidos políticos e dos movimentos de Direitos Humanos trazer a público essas mulheres. É uma questão de justiça.

Hoje, o período da ditadura militar está registrado na história e os debates são importantes para a manutenção da democracia no país. Embora tudo isso, incluindo as ações institucionais, a exemplo da Comissão da Verdade, como você vê a democracia brasileira nesse período pós-golpe? Há estabilidade?

Infelizmente, a democracia não está estável, está extremamente ameaçada. Nós vimos em janeiro de 2023 uma tentativa de golpe, violenta e midiática. Eu vejo o governo com uma dificuldade enorme de gerir. O Congresso é extremamente conservador e atrasado, o Judiciário é muito tendencioso. Quer dizer, embora o Judiciário até tenha feito, do ponto de vista político, um trabalho bom e corajoso, deixa muito a desejar. Mas é o que está garantindo uma aparência democrática. Eu acho que nós temos mais aparência do que de fato uma democracia. E acho que o Lula está tão intimidado, tão recuado, que o Bolsonaro fechou a Comissão Especial de Mortos Desaparecidos Políticos, de forma arbitrária e inconstitucional, apesar de ele falar das quatro linhas da Constituição, e o Lula não conseguiu reinstalar a comissão, que é o único canal que nós temos em relação às violações de Direitos Humanos. É o único canal que nós temos para interlocução entre so-

cidade e Estado. O Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, e, posteriormente, pelo caso Vladimir Herzog, no entanto, o que que aconteceu? O que foi esclarecido? Nada, tendo a comissão. Agora, sem ela, a coisa está congelada. E isso é grave para o funcionamento democrático do Estado. Então, eu fico muito preocupada. Acho que discutir os 60 anos do golpe é fundamental para recuperar a história e se apropriar de iniciativas em defesa da democracia. Democracia só vai acontecer nesse país se a própria população entender e se apropriar disso. As instituições estão cercadas pelos golpistas. Os golpistas estão presentes na nossa política. Na política brasileira, infelizmente. <

Avolúpia da escrita

Marianna Camargo

Batizada como Odette Pérez Rios, **Cassandra Rios** (1932 – 2002) foi o pseudônimo escolhido para assinar sua obra, tachada de proibida, maldita, provocadora, contra a "moral e os bons costumes", entre outros rótulos. Considerada a escritora mais perseguida durante a Ditadura Militar, todos seus livros foram retirados de circulação, além de ter sido detida e levada a prestar constantes depoimentos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A escritora foi tema central da reportagem do **Cândido** de julho de 2024, assinada por Marianna Camargo, que ressaltou seu pioneirismo sob diversos aspectos: em seu posicionamento sobre a sexualidade; na escrita libertária e acessível, na independência financeira, na extensa produção literária, em suas diversas expressões e habilidades artísticas e na atitude autêntica e corajosa em enfrentar situações de opressão e preconceito, tanto da sociedade e da academia, como da crítica literária e do Regime Militar.



▶ Cassandra Ríos

O impacto de Cassandra Rios na literatura percorre uma trajetória de ineditismos, rupturas e liberdade de expressão

Cassandra, personagem da mitologia grega, era considerada louca. Tinha o dom de anunciar profecias nas quais ninguém acreditava, mas que sempre se concretizavam. Profeticamente ou não, este foi o pseudônimo utilizado por Odette Pérez Rios a Cassandra Rios (1932 – 2002), que durante toda sua trajetória foi tachada de proibida, maldita, provocadora, contra a "moral e os bons costumes", entre outros rótulos que marcaram sua obra. Contudo, para especialistas sobre a autora, Cassandra está muito além de estereótipos e reducionismos. Uma escritora que criou narrativas diretas, ouvidas, livres, populares e eróticas (ou sobre o amor, como ela preferia), extremamente atuais, que arrebatou milhares de pessoas.

O pioneirismo de Cassandra percorreu diversos aspectos: em seu posicionamento sobre a sexualidade — era abertamente lésbica —, na escrita libertária e acessível, na independência financeira, na extensa produção literária, em suas diversas expressões e habilidades artísticas e na atitude autêntica e corajosa em enfrentar situações de opressão e preconceito, tanto da sociedade e da academia, como da crítica literária e do Regime Militar.





➤ **John Herbert, Nicole Puzzi e Cassandra Rios na estreia do filme "Ariella", em 1974, baseado em seu livro homônimo**

Kyara Maria de Almeida Vieira, professora doutora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), autora da tese "'Onde estão as respostas para as minhas perguntas?': Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001)", mensura o pioneirismo da escritora em suas múltiplas camadas. "Além de ser a única autora brasileira a viver exclusivamente de direitos autorais, juntamente com Jorge Amado e Érico Veríssimo, foi a primeira, no Brasil, a escrever e publicar romances centrados num casal de mulheres. Também foi a primeira a criar personagens de mulheres sexuadas, com desejos sexuais desvinculados da necessidade da reprodução biológica", afirma.

Cassandra foi sucesso de vendas durante décadas, lida por um milhão de pessoas, de acordo com o jornal *Pasquim*, em 1976. Circulando por todas as regiões do país, publicou seu primeiro romance aos 16 anos, *A Volúpia do Pecado*, em 1948. O livro foi reeditado 9 vezes durante dez anos, até ser censurado em 1962 por "ofender os valores familiares". Adriane Piovezan, professora, mestre em Estudos Literários e doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), reafirma

o pioneirismo de estreia. "A *Volúpia do Pecado* inaugura a literatura homoerótica feminina no Brasil. É um marco porque as personagens precisam até de um dicionário para entender o significado de quem são, lesbianas".

Rodolfo Londero, professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), autor de *Pornografia e Censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o Sistema Literário Brasileiro nos anos 1970* (2016), discorre sobre a coragem de ambas. "O mais impressionante na trajetória de Cassandra, bem como de sua colega de ofício, Adelaide Carraro, é o desejo de continuar escrevendo mesmo com censura após censura, e sem o apoio dos escritores e intelectuais da época, que compartilhavam um preconceito estético contra sua literatura. O legado de Cassandra é a liberdade de expressão", pontua. A repercussão dos seus livros foi enorme, com tiragens que podiam alcançar 300 mil exemplares.

Piovezan enfatiza a importância da obra de Cassandra, que trouxe elementos reais sobre grupos minorizados pela sociedade. O conteúdo de seus livros retrata o processo da formação das minorias sexuais, em que elementos da vida real eram vivenciados por suas personagens. "A homossexualidade aparecia geralmente até a primeira metade do século XX envolvida no pecado, no crime e na patologia. Estas questões também apareciam nos romances de Cassandra Rios eventualmente, e suas personagens enfrentavam estes e outros desafios presentes na moral daquele período".

Todo esse conjunto de fatores revela como sua obra foi crucial para que estas minorias não fossem invisibilizadas na literatura. "Por isso Cassandra Rios pode ser muito criticada, mas jamais ignorada pela literatura brasileira", afirma a professora.

Produção, censura e perseguição

Rios escreveu inúmeros livros, mesmo com as dificuldades que enfrentou diante de uma sociedade conservadora, com a crítica literária e com a Ditadura Militar (1964 – 1985). Na segunda autobiografia da escritora, *Mezzamaro, Flores e Cassis* (2000), ela cita 59 livros publicados, mas Kyara Vieira diz que, em sua pesquisa, considerando menções feitas nas autobiografias da escritora e os anúncios contidos nos livros publicados, constam aproximadamente 72 títulos.

Durante o período do Regime Militar, todas as suas obras foram retiradas de circulação, além de ela ter sido detida e levada a prestar constantes depoimentos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), como aponta Kyara. A própria autora declarou em uma entrevista à revista *Realidade*, em 1970, que a promulgação do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco, em dezembro de 1968), que oficializou a censura no país, teve impacto direto em sua vida pessoal e profissional.

➤ Todos os livros que produziu, cerca de 70, foram censurados pela Ditadura Militar, inclusive peças de teatro e filmes



Imagens: Arquivo Museu Bajuba | Edição: Iuri De Si

Porém, todo o aparato censório contra Cassandra atiçou a curiosidade sobre o conteúdo de sua literatura. Até mesmo os militares que a proibiram, ironicamente, a liam: o livro *A Lua Escondida* (1952) foi um dos mais emprestados pela Biblioteca do Exército Brasileiro. Em termos de mercado editorial, a censura contribuiu na época para tornar sua obra mais conhecida, ainda que o rótulo de "escritora maldita" beneficiasse somente as editoras, como a própria autora declarou diversas vezes. Londero complementa: "o que explica o atual apagamento de Cassandra é justamente o apelo popular de sua obra, uma qualidade que a crítica literária costuma interpretar de forma negativa", explica o professor. Ela mesma bradou: "Escondiam meus livros debaixo do colchão, meu nome virou palavrão", no que seria sua última entrevista, para a revista *TPM*, em 2001.

Entretanto, a sua obra já havia sido proibida muito antes. Em 2 de abril de 1959, o jornal *O Estado de São Paulo* trouxe uma matéria informando que a peça de Cassandra Rios, "A mulher proibida", baseada no seu livro *Eudemônia* (1949), foi censurada e sua estreia não aconteceria naquele dia. "Neste período, o Brasil estava sob o comando do então presidente Juscelino Kubistchek (1956 – 1961), que aboliu a censura prévia herdada do segundo governo de Getúlio Vargas, mas que tomou medidas mais severas. O mesmo jornal, em abril de 1962, informa que cinco livros da autora foram censurados", elucida Kyara.

Apesar da destruição de grande parte do seu acervo, é possível encontrar exemplares da autora em bibliotecas de diversos países além do Brasil, como, França, Portugal e Inglaterra, assim como em sebos espalhados pelo mundo.

A Santa Vaca

Cassandra era uma escritora profissional e ganhava por meio dos direitos autorais, possuía propriedades e até uma livraria — fato raro tanto pelo gênero como pelo ofício. Não era tão comum, na sua época, mulheres escritoras. Menos ainda, mulheres que escrevessem sobre sexualidade, desejo, erotismo. Rece-

beu duras críticas e descrédito de sua obra, "ao ponto de seu nome ser retirado da lista final de assinaturas do 'Manifesto dos Mil', que foi enviado em 1977 ao Ministro da Justiça da época, Armando Falcão, com 1.046 assinaturas de intelectuais do Brasil opondo-se à proibição de mais de 400 livros de autores/as nacionais e internacionais", explica Vieira.

Para continuar a publicar, Cassandra inventou pseudônimos masculinos, como Oliver Rivers, "Rios" em português, que adaptou também em outros idiomas, e não teve mais problemas. Suas personagens seguiam a mesma lógica: "Nas obras, algumas delas assumiam várias identidades e performavam várias posições de sujeito, possibilitando críticas às incongruências da nossa sociedade", afirma Kyara. Nesse contexto, fica nítido que o incômodo que causava aos militares era por ser mulher, lésbica, escritora e independente financeiramente.

A escritora considerada "a mais pornográfica e a mais proibida do Brasil", com o passar do tempo foi se transformando, porque aos poucos foi reconhecido o mérito de sua forma específica de descrever os conflitos e subjetividades de suas personagens, seus temores, questionamentos e o preconceito já internalizado. "Essa narrativa destaca o caráter transgressor de sua obra: o de alcançar um público mais amplo que precisava saber da existência de mulheres que amavam outras mulheres", comenta Adriane Piovezan.

Como abordou pela primeira vez temas LGBTI+ na literatura brasileira, a obra de Cassandra Rios demonstra como é fazer literatura em tempos sombrios, marcados por repressão e censura. "Revalidar sua obra também significa questionar valores estéticos muitas vezes adotado pela crítica literária para excluir a literatura produzida por e para classes populares", argumenta Londero.

A Santa Vaca, de 1978, foi uma resposta à perseguição e difamação causada pelos militares, como declarou em algumas entrevistas. "Escrevi *A Santa Vaca* de raiva. De tanto me perseguirem, resolvi fazer pornografia, então fiz esse livro. Na introdução, está a minha intenção: mostrar a força da mulher ao ser chamada de prostituta", contou Cassandra.



Subversão literária

A percepção sobre a literatura de Cassandra seria diferente nos dias de hoje? As três fontes concordam que poderiam haver polêmicas em torno disso. O professor Rodolfo Londero realça a questão do julgamento crítico. "Acredito que Cassandra Rios teria tanto sucesso como antigamente, mas a crítica literária continuaria negando o seu reconhecimento por causa desse sucesso, que entende o apelo popular de sua obra como característica de uma literatura menor, de uma literatura simples no pior sentido, sem qualidade estética. Não consegue enxergar que esse 'erotismo pobre', como disse Pedro Vieira, é uma subversão dos valores literários canônicos". Londero diz que Cassandra conseguia "conversar" com todos os leitores, "uma preocupação

que poucos escritores demonstram atualmente".

Enquanto hipótese, a recepção seria menos censória, menos cruel. Porém, se formos considerar que em pleno século XXI, novelas deixam de transmitir beijo entre homens e/ou entre mulheres porque a pesquisa de opinião identificou que o público não aprovaria; que um banco foi obrigado a cancelar a exposição "Queermuseu – cartografias da diferença na arte da brasileira" devido aos protestos de conservadores religiosos e determinado movimento político; que há cinco anos o prefeito de uma das maiores cidades do Brasil ordenou a retirada da Bienal do Livro os exemplares da HQ *Vingadores: A cruzada das crianças* (Salvat), "não consigo acreditar que Cassandra deixaria de receber reações negativas ou críticas baseadas na moral e nos ditos bons costumes", analisa Kyara.

Seguir a linha de Cassandra Rios seria anacronismo, pois é um contexto muito diferente. Os diferentes nichos de mercado hoje sugerem a fragmentação destas experiências, temos a literatura afro-brasileira lésbica, a literatura lésbica periférica, etc. Selos e editoras específicas sobre a temática demonstram como a temática está fortalecida na atualidade.





Legado literário e social

A autora explorou temas avançados, hoje em discussão, e experimentou outros gêneros literários, deixando uma obra vasta, ainda pouco analisada no nosso tempo recente. Escreveu livros de contos, poesias; romances entre dois homens; entre heterossexuais e, ainda na década de 1950, publicou romances que têm como centro a experiência e vida de pessoas transgênero.

Vieira faz uma ressalva na importância dessa literatura para as construções de pensamentos não heteronormativos. "Poderíamos considerar que Cassandra Rios conseguiu ser, para muitas pessoas, o primeiro contato a lhes mostrar que não eram monstruosas ou as únicas no mundo. A partilha de seus livros, e das histórias neles contidas, permitiu que redes fossem

construídas, que as sexualidades e os papéis de gênero fossem questionados em suas fragilidades, numa época em que 'Tradição, família e propriedade' era muito mais que um bordão da extrema direita utilizado para atacar os direitos humanos e civis das populações mais vulneráveis", analisa.

Piovezan destaca as obras representativas de Cassandra. "*Eudemônia*, de 1949, em que a personagem é internada em uma clínica psiquiátrica por ser homossexual, retrata o aspecto do tratamento patológico para o que era considerado uma doença. Já em *Copacabana Posto 6 - A Madrasta* (1956) encontramos a descrição da cultura lésbica consolidada, as frequentadoras da Galeria Alaska em Copacabana no Rio de Janeiro, personagens que enfatizam sua autoafirmação enquanto homossexuais femininas. Por fim, o livro *Eu sou uma lésbica*, de 1981, também merece destaque porque, mesmo diante da maior visibilidade deste grupo, os desafios e o preconceito ainda eram marcantes na sociedade brasileira", detalha.

Estima-se que Cassandra Rios vendeu cerca de 1 milhão de exemplares. A autora trouxe elementos reais sobre grupos historicamente minorizados pela sociedade



Foto: Revista Fatos e Fotos, 1983 | Edição: Iuri De Sá



Foto: Revista FPM, 2001 | Edição: Iuri De Sá

Girândola

Cassandra Rios nasceu em São Paulo (SP), em 1932, batizada como Odette Pérez Rios e faleceu em decorrência de um câncer, em 2002, aos 69 anos, no Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Exerceu muitas outras atividades, foi apresentadora de um programa na rádio *Bandeirantes-SP* e na *Rádio São Paulo* (1974 – 1986), jurada no desfile das Escolas de Samba de São Paulo, dos programas "Quem tem medo da verdade" no canal 7 (*TV Rio*), "A mulher é um show" no *SBT*, e do programa de calouros de Carlos Aguiar (*TV Gazeta*). Participou do "Almoço das Estrelas" da *TV Tupi*, e foi entrevistada por várias pessoas de sucesso na época (Clodovil, Jô Soares, Marília Gabriela, etc). Falava português, espanhol, francês; escrevia músicas, fazia esculturas, foi editora e revisora, *ghost writer*, pintou algumas miniaturas em óleo sobre tela, gravou aulas de Geobiologia. Nunca frequentou uma universidade e foi vilipendiada pela crítica literária.

Portanto, a importância e amplitude de Cassandra não se limita como escritora, mas, se difunde por vários espaços da arte ocupados por ela. "Uma mulher que não furtou do direito de vestir-se com trajes associados ao mundo masculino, transitar com suas namoradas, viajar pelo Brasil e fora dele, sem esconder-se e sem cair nas armadilhas dos dispositivos de controle, a exemplo da mídia, da justiça, do Estado (ditatorial ou não), que insistiam em querer aprisionar seu corpo e suas ideias", descreve Kyara.

As obras de Cassandra Rios revelam elementos da transformação histórica que as lésbicas vivenciaram no Brasil nas décadas de 1940 até o final de 1970. O comportamento, os lugares, o modo de vestir, de falar, de se relacionar do mundo literário criado por Cassandra, permitem entender os desafios dessas minorias que mudaram ao longo do tempo. Para Adriane Piovezan, "sua obra abrange todo o contexto de criação de uma cultura lésbica. Iniciando com personagens que nem sabiam o significado do termo lésbica em *A Volúpia do Pecado* até o livro que no título já possui a afirmação

Eu sou uma lésbica. Esta é a maior contribuição de Cassandra Rios na minha opinião", analisa.

Kyara Vieira utiliza uma metáfora para medir a intensidade de Cassandra: "Costumo dizer que a vejo como uma girândola: quando pensamos que ela parou de girar e soltar suas luzes em explosão, ela recomeça, não da mesma maneira nem com a mesma intensidade ou na mesma direção. Mas, ela segue, mesmo após sua morte, a afetar sentidos, a atiçar curiosidades, a ser descoberta para quem não a conhecia e redescoberta por quem já a conhecia, atravessando várias gerações", finaliza. <



> **Kyara Vieira, Rodolfo Londero e Adriane Piovezan são pesquisadores da obra de Cassandra Rios**

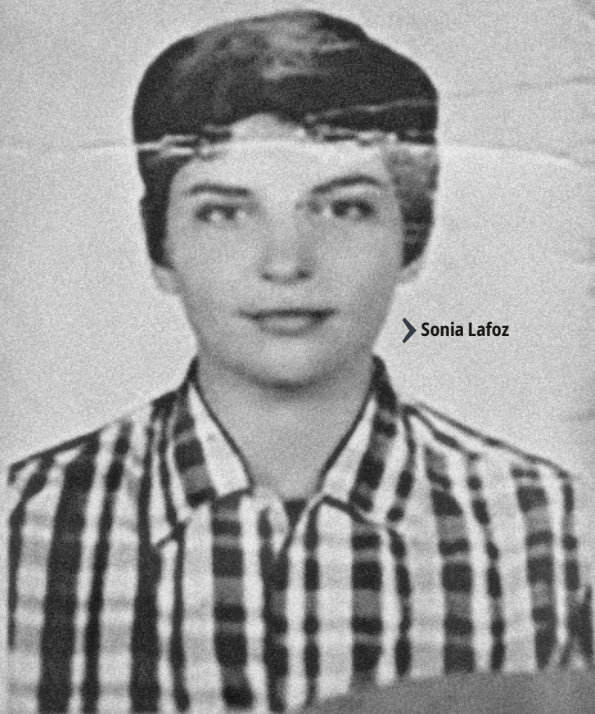


O reporoso da guerreira

Sonia Lafoz

por Francisco Camolezi

Sonia Lafoz nasceu na Argélia e veio ainda pequena para o Brasil. Com o interesse pela política nascendo dentro de casa, Sônia se envolveu com o movimento estudantil na Universidade de São Paulo (USP). Foi para a luta armada ao se filiar à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), tendo participações no roubo do cofre de Adhemar de Barros e no sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben. Procurada em todo o país, partiu para exílio em 1971. Um ano depois do sancionamento da Lei da Anistia, em 1980, Sonia pôde retornar ao Brasil. Agora, dando uma pausa em toda essa agitação ao longo da vida, ela se instalou em Curitiba. O perfil da ex-guerrilheira foi publicado em agosto de 2024, na edição nº 153 do jornal *Cândido*, por Francisco Camolezi.



➤ Sonia Lafoz

Nascida na Argélia, norte da África, Sonia Lafoz estudou teatro no Oficina, Psicologia na USP, militou na guerrilha, participou do assalto ao cofre do ex-governador Adhemar de Barros, ensinou Lamarca a se comportar, foi vereadora em Paris, educadora popular em Cuiabá, participou da implementação do SUS no Brasil e hoje leva vida *normal em Curitiba*. É como naquela música do Sinatra... *she did it her way*



No entreguerras, o fascismo era uma espécie de modismo sanguíneo na Europa. Além da Itália e Alemanha, fosse pela expansão colonial dos nazistas ou por pressões políticas internas, também sofreram na mão de regimes autocráticos países como Albânia, Bulgária, Hungria, Romênia e até a França. Na Espanha, o 'franquismo' se dá em resposta à vitória da Frente Popular de esquerda nas eleições de fevereiro de 1936, representada por Manuel Azaña. Em julho do mesmo ano, militares comandados por Francisco Franco e apoiados por católicos e monarquistas tentam o golpe que dá início à Guerra Civil Espanhola. Três anos depois, em 1939, depõem o governo republicano, instaurando a Ditadura Franquista e preparando terreno para os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Com cidades inteiras dizimadas, como Guernica e Belchite, a Guerra Civil termina com um saldo de pelo menos 500 mil mortos e outros 465 mil espanhóis exilados, desses, 200 mil nunca retornaram ao país. É o caso de Luiz Lafoz. Professor de História e membro do Partido Comunista de Espanha (PCE), é filho de uma família cristã e franquista. Saiu excomungado. Durante a guerra, chegou a ser preso em um campo de concentração no deserto do Saara. Foi resgatado, junto com alguns companheiros e, de barco, tentou o exílio na França. Depois de alguns dias à deriva, acabaram na colônia, Argélia. Lá, casou-se com Josephine Eliane, argelina de nacionalidade francesa, e, em 1946, tiveram uma filha: Sonia Eliane Lafoz. Um ano antes, no 8 de maio, com o fim da II Guerra Mundial e libertação dos territórios ocupados pela Alemanha Nazista, inclusive a França, milhares de argelinos foram às ruas celebrar a derrota do Eixo. Entre eles, marcaram presença militantes pró-independência do Partido Popular da Argélia (PPA), que pediam o fim do colonialismo e a libertação de Messali Hadj, líder nacionalista preso no Congo, então colônia do Reino da Bélgica. A mando de Charles de Gaulle, chefe do Governo Provisório da França, o levante foi brutalmente reprimido por militares e *pied-noirs* — colonos que viviam nas ocupações francesas do norte da África —, e o mesmo 8 de maio que entrou para a história como o Dia da Vitória na Europa, na Argélia é lembrado o massacre em Sétif, Guelma e Kherrata, que vitimou cerca de 45 mil argelinos em um mês.

É por isso que, para Sonia, ela nasce "no berço da Libertação Argelina". De lá até 1962, com a independência, o conflito só escalou. O pai chegou a ser, novamente, preso pelas forças armadas — dessa vez, francesas. Em 1952, a família decide deixar o País rumo ao Brasil, na esperança do contato com um espanhol que nunca deu as caras. Da Argélia, Sonia lembra de algumas ruas, casas e das casbás, onde moravam os muçulmanos. Tentou visitar o país em 2023, mas, na ausência do visto, acabou indo para o Marrocos, "que é quase a mesma coisa", brinca. Por outro lado, lembra bem dos mágicos dezessete dias que passou com a família em alto mar. Do porto do Rio de Janeiro, primeira parada depois de Casablanca, Marrocos, olhou para cima e viu

o Cristo Redentor. Curioso, "o que é aquilo, pai?". Para Luiz, ateu "total", era só uma estátua. Mais tarde, Sonia pagou o pato. Devia ter uns oito ou nove anos quando, na escola, perceberam que a menina não sabia rezar. Durante as orações, mexia a boca como se mascasse uma daquelas balinhas *butter toffees*. Foi levada para um interrogatório na sala da diretora, que segurava cartões com fotos de santos e perguntava: "quem é esse?". Sonia adorava Carnaval e festa junina, mas não conhecia santo nenhum. "Não sei, diretora". Seguiu assim até o anjo ganhar barba. "E quem é esse, Sonia?". "Ah! Esse eu sei. É o Karl Marx!". Acertou, mas, por conta do baixo aproveitamento ou, quem sabe?, do moralismo reacionário da gestão pedagógica, precisou trocar de escola.

No Brasil, para preservar o costume, conversava com a mãe em francês e o pai em espanhol. Fora de casa, no bom e velho português, tudo parecia estranho. A família morava no Parque São Jorge, bairro residencial na Zona Leste de São Paulo, e uma das suas memórias de infância é a vez que caiu no chão enquanto brincava na rua. Uma criança, na melhor das intenções, perguntou: "machucou?". Sonia se espantou. "O que é que ela tá me perguntando? Parecia japonês", conta. Lembra também dos fins de tarde sentada na calçada com a família. "Passava o pipoqueiro. 'Pi-po-ca! Salgada! Na hora!'. E a gente não sabia o que era pipoca". A língua, no entanto, não era o único empecilho. Certa vez, na feira, Josephine comprou um mamão. Quando chegou em casa, abriu a fruta e se assustou com os pontinhos pretos no meio da polpa. "Puxa, me venderam estragado. Vou lá reclamar". Foi. "Minha senhora, isso aqui é a semente...". Josephine faleceu vítima de um aneurisma em 1963.

Mas Sonia, que chegou no Brasil aos 7 anos, se adaptou e, hoje, considera-se não franco-brasileira, mas uma brasileira-franca.

***Yes, there were times, I'm sure you knew.
When I bit off more than I could chew***

Por influência do pai, interessou-se por política e cultura. Militou no movimento secundarista, teve aulas com Zé Celso no Oficina — na mesma turma que Zé Possi Neto — e trabalhou na administração do Teatro de Arena. Na faculdade, queria Medicina, mas, por questões financeiras, escolheu Psicologia. Passou na USP (Universidade de São Paulo) em 1967, porém, o vestibular era um tanto confuso. Hoje, em qualquer universidade, a nota de corte é a nota do último colocado na relação determinada pelo número de vagas previstas no edital. Nos anos 1960, número de vagas e nota de corte não tinham relação alguma. O escore mínimo considerava não o desempenho do estudante em relação aos demais concorrentes, mas uma suposta pontuação necessária para garantir que o vestibulando conseguisse acompanhar o curso. Na época, as universidades brasileiras já enfrentavam problemas de insuficiência de vagas e, nesses moldes, o vestibular acabava por gerar uma classe de "excedentes", candidatos que, mesmo com a nota necessária, mofavam na lista de espera. Era o caso de Sonia. Das 50 vagas, não recorda se ficou em 51º ou 52º, mas lembra da iniciativa do pai: "Vamos iniciar um movimento". Juntos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Estadual dos Estudantes (UEE), ocuparam a rua Maria Antonia, onde ficava o prédio da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Depois de semanas acampados, a universidade acolheu os excedentes.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ANO XLVII SÃO PAULO, 4.ª-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1967 N.º 13.828

Declar. Presidência: Otávio Frias de Oliveira

Administração e Circulação: Avenida Santa Cruz, 41

Diretor de Redação: José de

**Tarso Dutra
sobre os
excedentes:**

**Estudantes
tomam
Faculdade**

**Universitários
do DF querem
afastar reitor**

**Professores:
há política
no movimento**

SOLUÇÃO NAS MÃOS DA USP

Na USP, em meio ao racha no Partido Comunista Brasileiro (PCB), revisionismo soviético e guerrilha cubana, caiu direto nos seios da maldade: a Dissidência Estudantil de São Paulo (DISP). Sonia foi colega e amiga de Iara Iavelberg, militante e companheira de Carlos Lamarca na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e namorou Fernando Borges de Paula Ferreira, o Ruivo, dirigente da Dissidência. O ponto alto da graduação foi o bombardeio na sede de um jornal que não lembra qual é, mas, dica: é possível que a redação ficasse na rua Sete de Abril. Logo depois da invasão militar no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), quatro dias depois do AI-5, em 17 de dezembro de 1968, o jornal publicou uma reportagem com fotografias de "camisinhas e livros de esquerda" no Crusp, acompanhadas do antigo "blablablá" das universidades públicas baderneiras. O pessoal da Química fez uma bomba-relógio enrolada na capa de um livro do Lênin e Sonia ficou encarregada de plantá-la. Programada para explodir só à noite, não foi exatamente o que aconteceu. Fez um estrago, mas, pelo menos, não morreu ninguém.

Em 1969, é expulsa da Universidade. Cai no Decreto-Lei nº 477, o mesmo que impediu a contratação de Oscar Niemeyer, enquadrou José Marques de Melo, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e levou Emir Sader e Mário Schenberg, professor do Departamento de Física, ao exílio. Fora da USP, Sonia entra de vez na luta armada, filiada à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Junto do companheiro, Fernando Ruivo, sai de casa e vai para a semiclandestinidade. É nesse momento, especificamente no dia 18 de julho, que participam de uma das mais icônicas ações da guerrilha urbana brasileira, o assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o "rouba mas faz", morto quatro meses antes. O cofre ficava em Santa Teresa, Rio de Janeiro, na mansão da família de Ana Gimol Benchimol Capriglione, socialite carioca e notória amante de Adhemar de Barros. Quem entrega a informação para Juarez Guimarães de Brito, dirigente da VAR-Palmares, é Gustavo Schiller, estudante secundarista e sobrinho de Ana Benchimol, que morava na casa com outros dez familiares e 11 empre-

gados. Nas ações, Sonia, boa de mira, era "chantilly", apelido dos guerrilheiros que faziam a cobertura em carros afastados e com armas de longo alcance. Além de Sonia e Fernando, participaram da ação outros 11 militantes que, para entrar na casa, apresentaram-se como policiais federais munidos de um mandado de busca e apreensão. O único membro da família presente era Sílvio Buarque Schiller, rendido e levado à dispensa.

Não foi disparado um único tiro, mas, houve percalços. O primeiro, dois garotos, por volta de 12 anos, vão até a porta da mansão. A sorte, de acordo com Sonia, é que Darcy Rodrigues, que estava na tocaia, convence os meninos de que não tinha ninguém em casa e, não, nada de estranho estava acontecendo. Como se não tivessem quase que arruinado a história da resistência armada brasileira, os meninos dão meia volta.

O cofre pesava cerca de 350 kg. Para transportá-lo pela casa, usaram uma espécie de carrinho de rolimã. O sacrilégio era colocar o cofre no Aero Willys. "O carro chegou a dar uma arriada", diz Sonia. Saíram da Santa Teresa direto para o Aparelho — casas onde ficavam alojados os guerrilheiros —, em Jacarepaguá, e abrir o cofre foi outra odisséia. Um dos companheiros era funileiro e utilizou um maçarico movido à água para fazer a soldagem. Quando o cofre finalmente abre, aquilo parecia um lago. Dois milhões e meio de dólares, equivalentes a 126,9 milhões de reais hoje, segundo o Estadão, boiando, encharcados. A solução foi botar pra secar. Funcionou.

Sobre o dinheiro, o destino é incerto. Parte foi usada para manter a organização, desde a subsistência dos membros até o aluguel dos aparelhos. O resto, provavelmente, foi para a Argélia. Quem poderia informar o paradeiro, Juez Guimarães de Brito, que organizou e comandou toda a operação, morreu no ano seguinte, em abril. Suicidou-se ao ser cercado por policiais.

But through it all, when there was doubt. I ate it up and spit it out

Depois do assalto ao cofre do Adhemar, Sonia e seu companheiro retornam para São Paulo e, 12 dias depois, em 29 de julho de 1969, na Barra Funda, Fernando Ruivo é emboscado e assassinado pela polícia. Na época, a ordem da organização era de evacuar o Aparelho caso algum militante não chegasse da ação até meia-noite. Foi o que aconteceu. Pegou as armas, saiu pelas ruas e, às seis da manhã, leu no jornal a notícia da morte do Fernando. Havia indícios de que o guerrilheiro carregava uma foto da namorada na carteira e, diante da exposição, a organização decide transferi-la para o Rio. Aos 24 anos, em clandestinidade total, vai para a linha de frente. Grupo de Fogo, assalto a banco, pílula de cianureto e tudo mais.

No Rio, em 1970, Sonia participou do sequestro de Ehrenfried von Holleben, o embaixador alemão, que serviu de moeda de troca para mais de 40 presos políticos. Era dia de jogo, Inglaterra e Tchecoslováquia, o que, no julgamento de Sonia, facilitou a ação. "Tava todo mundo em casa", conta a guerrilheira. De novo, foi "chantilly". Era uma daquelas típicas ruas estreitas, íngremes e cheias de curvas de Santa Teresa. Junto de um companheiro, chegou primeiro, tomou posição e esperou. Estudaram os caminhos do embaixador durante uma semana e, "como um bom alemão, fazia sempre o mesmo horário". O objetivo de Sonia era atirar nas lanternas e pneus da segurança assim que o carro fosse abordado. Dito e feito: fez um *strike*. Quem sequestra o embaixador é Eduardo Leite, mais conhecido como Bacuri, que foi preso, brutalmente torturado e assassinado pela repressão em dezembro do mesmo ano para não ser libertado em troca do embaixador suíço, e Herbert Daniel, escritor e militante da causa do HIV-AIDS, morto em 1992. Usaram algodão com clorofórmio e empacotaram o alemão em um caixão — deses de velório mesmo. Houve troca de tiros, mas nada demais. Em outros carnavais, Sonia achou que ia morrer. Parada em um ponto com outros dois companheiros, de frente para uma igreja, assustou os fiéis, que

denunciaram o motim para a polícia civil. Foram abor-
 dados, teve quebra-quebra, e Sonia recebeu três tiros:
 perna, virilha e uma bala que ricocheteia no chão e fica
 alojada na lateral do rosto, um pouco acima da orelha,
 sem chegar a perfurar o crânio. Só percebeu que foi
 baleada quando viu o sangue escorrer pela roupa. Pa-
 ra fugir, Sonia e um companheiro pegaram um carro
 na Avenida Dom Hélder Câmara, foram para o Apare-
 lho e, depois de horas, foi atendida pelo esquema mé-
 dico da organização. O terceiro, que sobrou, também
 conseguiu fugir, mas tomou um tiro e perdeu o dedo.

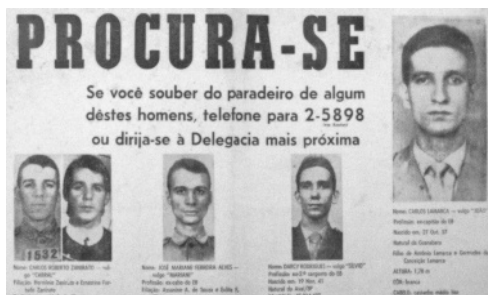


Imagem: Reprodução | Edição: Luri De Sá

➤ Carlos Lamarca e outros companheiros em cartaz de procurados

Por outro lado, nem tudo era apenas guerra. Em 1969, quando é transferida para o Rio, Sonia foi segu-
 rança de Carlos Lamarca, ex-militar e um dos grandes
 ícones da guerrilha brasileira. Procurado, precisava
 passar por uma mudança radical: cirurgia plástica. Na
 época, "não se fazia cirurgia plástica em homem", con-
 ta Sonia. "Gente, mas entrar com ele, assim? Vai cha-
 mar atenção. O que é que o médico vai dizer? Que tem
 desvio de septo, só?". Foi quando Sonia sugeriu: "Olha,
 eu acho que justificaria uma plástica se ele fosse ho-
 mossexual". Gostaram da ideia. Sonia ficou encarrega-
 da de acompanhá-lo e, durante todo o procedimento,
 desde a entrada na clínica até o momento que Lamar-
 ca acorda da cirurgia, fingiu ser sua irmã. "Ele não
 queria, ficou brabo", brinca.

O procedimento foi combinado com Afrânio Azevedo, cirurgião e comunista de berço. De toda a clínica, Afrânio era o único que sabia — e poderia saber — do grande esquema por trás. Para enganar o restante, Lamarca precisou dar pinta. Cruzar as pernas, um certo trejeito e, mais importante, não abrir a boca. Se precisasse falar, ia ter que afinar a voz. Quando entraram no hospital, Sonia tomou a frente nas respostas. "Ai, meu irmão é meio assim, sem graça...", explicava para as enfermeiras. O curso no Oficina fez valer. O medo era que, anestesiado, Lamarca entregasse os segredos da revolução. Não foi o caso. Quando acordou, disse nada mais nada menos que um solene "puta que pariu". "Acabou?", "acabou, companheiro", e foram embora.

Há uma mística, uma espécie de arquétipo, por trás da figura do guerrilheiro. É, primeiro, um homem de barba, o que Sonia desmente. Se o guerrilheiro realmente fosse um rapaz barbado, seria muito fácil descobri-lo. "O guerrilheiro é um peixe na água", explica. Nos Aparelhos, viviam um completo teatro. Precisava fazer parte da vizinhança. Vamos supor: saía, todos os dias, às 7h da manhã. Entrava num ônibus, rodava a cidade toda e, às 19h, estava de volta. O importante era que o vizinho não desconfiasse que a Mariana, codinome de Sonia, que até ontem estava na festinha de aniversário da sua filha de cinco anos, no seu tempo livre, sequestrava embaixadores, trocava tiros com a polícia, assaltava bancos, carros e queria revolucionar o país. Outra ideia é que guerrilheiro é um sujeito desprovido de emoção, rígido. Para Sonia, é justamente o contrário. A guerrilha era carinhosa e afetuosa em uma situação que, às vezes, era preciso frieza. Sonia lembra de marcar encontros com a amiga, Iara Iavelberg, durante a clandestinidade no Rio, antes da companheira de Lacerda partir para a Bahia e ser assassinada pelos militares. Inclusive, conta da possibilidade dos militantes migrarem de Aparelho para ficarem próximos dos seus companheiros. Falava-se em amor livre e Tropicália na mesma medida em que se indignaram com o suposto vazio retórico por trás dos desbundados de "é proibido proibir" e "sem lenço, sem documento", exatamente como na plateia dos festivais de Música Popular Brasileira. Era uma reunião de pessoas como

qualquer outra. Na guerrilha, entre as várias camadas do absurdo, havia humor. Exemplo: quando assaltavam um carro, para despistar a polícia, substituíam a placa por outra dois dedos maior. O nome? Claro, Marta Rocha, a eterna Miss Brasil que, por duas polegadas a mais de quadril, não levou o Universo. O Aparelho era um lugar como qualquer outro, e não uma espécie de submundo ranzinza, cerebral e reprimido. Já os militares dissidentes, como os do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), "eram mais rígidos mesmo. Isso eu não tenho dúvida".

Para Sonia, até 1970, mudar o mundo pela guerrilha parecia simplesmente possível. Hoje, em retrospecto, é categórica: "a gente seguiu a estratégia errada". Nas organizações, desde correlação de forças até a geopolítica, as análises eram incipientes. Um ideal romântico frente uma perda brutal e, hoje, a militante conta nos dedos as pessoas com quem conviveu que estão vivas. Sonia acrescenta um erro de cálculo histórico. Até 1972, com a Guerrilha do Araguaia, o movimento partia da perspectiva de que a revolução seria no campo,



como na China e Vietnã. Na verdade, com o fim das Ligas Camponesas, não havia articulação entre a classe rural no Brasil. O país vivia um crescente processo de urbanização, com uma massa agrária que, expulsa pela concentração fundiária e péssimas condições de trabalho no campo, iriam encontrar abrigo nas fábricas das grandes cidades. "Tanto é que, nos anos 1980, você tem o movimento operário", conclui.

I faced it all, and I stood tall. And did it my way

Em 1971, Sonia rompe com a VPR. Vai para o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e, pouco tempo depois, parte para o exílio no Chile. Lá, sem referência alguma, adota uma estratégia bastante inventiva para encontrar seus compatriotas. Em Santiago, existiam apenas dois bons cafés, "a gente vai e fica ali de bituca, porque algum brasileiro vai chegar". E chegou. Sonia caiu na rede dos exilados, conseguiu documentos e residência com o governo de Salvador Allende e viveu dois tranquilos anos no Chile socialista, até 11 de setembro de 1973, quando as tropas de Augusto Pinochet marcharam de Valparaíso até Santiago. Tiroteios, bombardeio na Casa de La Moneda, o cerco na Universidade Católica e uma semana de toque de recolher. A reprise de um sonho febril. Sonia foi uma das companheiras salvas por Jean Marc von der Weid, que circulava pela cidade com o carro da Embaixada suíça resgatando refugiados. Conseguiu entrar na Embaixada argentina e ficou por ali durante um mês, até ir para a França. Lá, se estabelece na comunidade Magrebe — migrantes do norte da África. Trabalhou numa loja e, mais tarde, consegue um emprego na Université Paris 13, na administração do departamento de Matemática. Por conta do seu envolvimento com a comunidade Magrebe e militância pela anistia, é convidada pela municipalidade a assumir o posto de *Conseiller municipal*, o equivalente a vereador, na comuna de Saint-Denis, em Paris.

Sempre quis voltar para o Brasil porque, no exílio, "tudo é muito provisório". Nessa de "amanhã eu volto", não sobra espaço para um projeto de vida definitivo. Finalmente, em 1979, sai a Lei da Anistia, mas Sonia só retorna no ano seguinte, porque um dos seus processos — o do ponto na frente da Igreja, quando tomou três tiros — corria na justiça comum. A advogada, Ana, conseguiu reverter. Quando desce do avião e respira o ar tropical pela primeira vez em nove anos, é imediatamente levada para a sala da Polícia Federal. "Acho que para tomar um sustinho, mesmo". Liberaram.

A primeira cidade que se instala é Belo Horizonte, mas fica pouco tempo. Seis meses depois, parte para Cuiabá. Por conta da fluência em francês, arrumou um emprego na Secretaria do Turismo. Lá, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no Mato Grosso, fez comício para o Dante de Oliveira e trabalhou como educadora popular na comunidade do Barbado. Conta, inclusive, que está por trás de uma das mais longas missas da história da cidade. A polícia precisava cumprir uma ordem de reintegração de posse em Barbado e, para impedir o despejo, organizaram uma vigília que durou 48 horas.

Em 1984, une o útil ao agradável. O pai estava ruim da saúde e os colegas de Sonia aconselham a guerrilheira-vereadora-professora-turismóloga a buscar melhores condições para o tratamento de Luiz. É em Curitiba, na Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, no governo de José Richa — cujos membros eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro — que Sonia encontra uma oportunidade de trabalho. Agora, entra na militância pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). "Fui pra cima e pra baixo. Tinha que estar no gabinete dos deputados, montava conferência de saúde, cinco mil pessoas em Brasília. Foi uma militância rica", conta. Aposentou-se pela Secretaria em 2017 e, por mais quatro anos, trabalhou pelo Ministério de Saúde (MS), no Grupo de Trabalho Itaipu Saúde, em parceria com o Mercosul, na Tríplice Fronteira. Mais tarde, quando o pai morreu, foi velado na sede do Partidão em Curitiba.

Sobre Curitiba, gosta muito. No começo, senti falta dos teatros, cinemas e exposições. Se quisesse usufruir da cena cultural, tinha que ir para São Paulo. Hoje, "é o contrário", defende. A cidade é tranquila, organizada. Fácil. E fica a duas horas da praia. Lê muito, faz ginástica, e tem um dom de dar inveja: transita da emoção para a piada em um segundo. "Daqui não saio, daqui ninguém me tira". Depois de tanto agito, é chegada a hora do repouso da guerreira. Diz que a vida é assim, tem que ter uma mexida.

► Sonia Lafoz na Comunidade do Barbado em Cuiabá, Mato Grosso, na década de 1980



Foto: Arquivo pessoal / Sonia Lafoz | Edição: Juli De Sá

Luta e t r a d i t o r i a

Rosane Vianna

por Maria Beatriz Peres

Rosane Vianna é professora aposentada, que teve sua luta e resistência ao regime com foco na Educação. Ao entrar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), envolveu-se com o movimento estudantil, na União Paranaense dos Estudantes (UPE). Mudando-se para São Paulo para fazer pós-graduação, Rosane passou a militar pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), tendo sido presa duas vezes. Atualmente se dedica à preservação das memórias da resistência contra a ditadura. A entrevista foi concedida a Maria Beatriz Peres e publicada em setembro de 2024, na edição nº 154 do jornal **Cândido**.



➤ Rosane Vianna

Foto: Arquivo pessoal / Rosane Vianna | Edição: Iuri De Sá

Lutar por condições de vida dignas para crianças era só o começo da militância política de **Rosane Vianna**. Nascida no ano de 1942, em Curitiba (PR), fruto do relacionamento extraconjugal entre Oswaldina Silva e Milton Vianna, provou do gosto da injustiça desde a infância. O pai, fundador da Faculdade de Direito de Curitiba e figura influente na capital paranaense, só a reconheceu como filha 30 anos após seu nascimento. Rosane cresceu dizendo que seu pai havia morrido.

Aos 16 anos começa a trabalhar como professora em bairros periféricos da cidade e recebe, pela primeira vez, o título de "comunista" por oferecer comida, banho e passeios para as crianças. Em 1964, ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e após na União Paranaense dos Estudantes (UPE). Em 1968, muda-se para São Paulo como aluna de pós-graduação em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e participa da organização do Congresso de Ibiúna, um dos mais emblemáticos eventos do movimento estudantil durante a ditadura militar. Leciona nas disciplinas de Antropologia e Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e de sociologia na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), de Franca. Depois filia-se ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e, em 1972, passa uma semana presa no DOI-CODI após ter sido delatada por sua participação no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

Apesar de fazer parte de grupos de guerrilhas, Rosane nunca pegou em armas. Seu papel na luta se destacava pelo seu papel na educação. Em 1974, é presa novamente e, no ano seguinte, deixa a capital paulista para lecionar na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde começa a atuar no Movimento pela Anistia e participa da criação do jornal *Brasil Mulher*, que debatia questões de gênero alinhadas à Luta Feminina pela Anistia. Atualmente, aposentada, Rosane reside em São Paulo com sua filha Clarissa e seu neto Joaquim, atuando na preservação das memórias da resistência contra a ditadura. No começo de 2024, publicou um relato inédito no livro *Vozes da Resistência*. Desde então, segue com o trabalho de divulgação da obra.



➤ **Passeata de calouros (1964). Curitiba, Paraná**

Você lembra qual foi a “virada de chave” que te fez perceber que iria se juntar à luta armada?

Nunca estive na luta armada, não de verdade. No Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), em São Paulo, eu comecei a conversar com uma pessoa que me propôs um treinamento de tiro ao alvo. E, de cara, eu disse “Bom, eu sou professora. Eu dou aula, minha atuação é na área da educação. Eu não tenho pique para pegar em armas”. Mas eu considero que três campos me fizeram parte da resistência. Primeiro, a educação, depois o movimento estudantil, e um terceiro, que eu acho pessoal, foi o reconhecimento da paternidade. Meu pai, Milton Vianna, que foi fundador da Faculdade

de Direito de Curitiba, não tinha me reconhecido como filha. Então tive toda uma luta para conseguir o meu reconhecimento e o nome que tenho hoje, Rosane Vianna. Digamos que essa luta pelo reconhecimento foi um primeiro contato com os direitos civis que eu experimentei e vi que valia a pena estar presente na luta por outros direitos. Acho que foi, portanto, através do movimento estudantil que comecei a tomar consciência de que a ditadura tinha eliminado uma grande parte deles. Porque fecharam as portas, calaram as bocas. Essa luta pelo reconhecimento da paternidade aconteceu ao longo das minhas atividades dentro da universidade. Logo que cheguei, em 1964, como caloura na faculdade de Filosofia, tinha acontecido o golpe, então os estudantes estavam se mobilizando exatamente para começar a protestar. Eu não conhecia nada de política. Já tinha experiência como professora, mas nenhuma experiência política. Então, para mim, o Partido Comunista era um fantasma, acompanhado de todos os estereótipos do anticomunismo e tal. Mas quando comecei a atuar na universidade, pelo centro acadêmico da Faculdade de Filosofia de Ciências Sociais (UFPR), pronto. Passei a discernir o que era o Partido Comunista atuando na universidade, o que era a Ação Popular. Aos poucos fui me identificando. Não teve um momento específico. Acho que foi um processo natural de contato com a realidade que tive desde criança. Eu dava aula fora, na periferia, e isso já me punha em contato com a pobreza, com a meninada que não tinha o que comer. Então sempre procurava formas de resolver essas situações. Acho que foi isso.

Ainda em Curitiba, você fez parte da União Paranaense de Estudantes (UPE). Como e por que você se engajou no movimento estudantil?

Eu era do Centro Acadêmico das Ciências Sociais e lá a gente fazia mil atividades. Uma delas, por exemplo, era trazer professores da USP (Universidade de São Paulo) e outras universidades para discutir sobre a realidade brasileira. Isso a gente fazia na própria reitoria, quer dizer, lá nos salões da reitoria. Nem sei como é que a

gente conseguia, mas conseguia. Esses debates, que aconteciam em Curitiba, faziam parte de toda a mobilização e nos davam base teórica para continuar atuando. Lembro que levamos o Octavio Ianni (1926 – 2004), que era um sociólogo que tratava da questão racial e das classes sociais. Depois, o Florestan Fernandes (1920 – 1995), o João Quartim [De Moraes] (1937 – 2023), que era um filósofo que propunha um tipo de revolução no Brasil. Levei até o Geraldo Vandré, que cantou em um show lá na reitoria. Mas antes de entrar na UPE, eu fui me integrar ao movimento de Juventude Universitária Católica (JUC). Lá a gente organizava grupos de estudantes que estavam em outras frentes de luta, mas que topavam, por exemplo, fazer a alfabetização de adultos. Vimos que era possível, apesar da ditadura e de tudo que se proibia. Então, montamos um grupo de alfabetização de adultos com o método Paulo Freire, no bairro Pilarzinho, que tinha um conjunto habitacional de trabalhadores braçais recém construído. Ali, começamos um movimento de educação de base, mas depois o JUC se dissolveu, porque a gente não queria mais saber de religião. Viramos todos ateus, marxistas e não sei o que mais. Nisso, a UPE já era o local onde desaguava a coordenação do movimento estudantil paranaense e comecei a atuar junto com meus colegas: fazia passeatas e levava a discussão da ditadura para as periferias de Curitiba. Enfim, essa ligação do movimento estudantil paranaense com professores da Universidade de São Paulo me mobilizou quase que imediatamente. Sabia que não deveria ficar em Curitiba, que deveria vir para São Paulo fazer pós-graduação na Faculdade de Filosofia da USP.



Foto: Arquivo pessoal / Rosane Vianna | Edição: Luri De Sá

➤ **Rosane Vianna, Paulo Esmanhotto e Japiassu (1966).**
Congresso em Piracicaba (SP) – Juventude Universitária Católica

Como foi o processo de construção do seu papel na militância política por meio da educação?

Com 16 anos, comecei a dar aula em uma escola pública de Curitiba, não me lembro o nome. Eu tinha contato com crianças muito pobres e passei a ter uma visão de como a pobreza afetava suas vidas. Elas não tinham o que comer em casa, então, quando chegavam na escola, eu fazia sopa para elas. Esse contato com a realidade mexeu comigo. Minha segunda experiência, também em Curitiba, foi numa creche de filhos de empregadas domésticas. Fui fazer uma pesquisa quando comecei a dar aula lá, já estava na universidade, e um amigo meu falou “Vamos conhecer onde essa menina mora?” Foi quando vimos que moravam em cortiços, favelas, em regiões que não tinha água nem esgoto. As piores condições de vida. Aí comecei a atuar para mudar algumas coisas. Primeiro foi o banho coletivo na escola, depois os passeios na cidade. Já me chamavam de comunista por isso. Outro momento bem importante foi quando vim para São Paulo, já dentro do PRT, que era o Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

A diretora também era do partido e chamou as pessoas que ligadas a grupos de resistência para dar aula nessa escola, que ficava no Rio Pequeno. Lá, dei aula de Educação Moral e Cívica, a coisa mais dura, mais militar que podia existir. Como agora que tenta-se novamente, né? Militarização da educação. Eu peguei o livro mais radical do ponto de vista de ser anticomunista, lia trechos com os alunos e apresentava uma visão contrária, discutindo e criticando. Tentava ensinar uma forma de construção do pensamento crítico. Aí os próprios alunos também faziam ações dentro da escola, como desligar as luzes e furar os pneus dos carros dos professores que eram de direita. Havia toda uma discussão crítica sobre a realidade. Também mobilizamos os alunos para fazer pesquisas fora da escola. Inclusive o Caio Prado Júnior (1907 – 1990), que foi um grande historiador, estava preso num quartel da polícia, perto de onde a gente dava aula. Convocamos uma turma para ir ao quartel e fazer uma pesquisa para saber o que tinha ali, como é que funcionava. Foi bem interessante, porque eles foram no quartel, fizeram a pesquisa, conseguiram falar com o comandante e, depois disso, a diretora foi demitida, porque, claro, era uma provocação. Começou uma investigação policial e a diretora foi presa logo em seguida.

Nos anos 70, você foi enviada de Curitiba para São Paulo em uma missão. Pode contar sobre o que era essa missão, quais circunstâncias a levaram para lá e como foram os anos em que permaneceu na cidade?

Quando vim para São Paulo, já havia sido aceita para o mestrado na USP. Aqui na pós-graduação, na Maria Antônia, tudo mudou, porque a faculdade de Filosofia tinha uma agitação incrível. Tudo acontecia ali. Então, já viria para São Paulo, mas também vim para ajudar a preparar o Congresso de Ibiúna, da UNE (União Nacional dos Estudantes). Fiquei na organização e na logística. Ficamos no Crusp (Conjunto Residencial da USP), eu ia pra Maria Antônia e encontrava com o José Dirceu, que era o grande líder daquela época. Eu era do grupo dele, trabalhava na organização viajando para outras

idades. Enviávamos com antecedência os pacotes com as teses. Imagine, eu ia no aeroporto e mandava no avião pacotes para várias regiões do país. Passado um tempo, viajava para esses lugares para discutir essas teses, que diziam respeito a reforma universitária, as mudanças que tinham que ser feitas na economia, na política, enfim, era toda uma proposta de revolução para o Brasil. Mudança estrutural, né? Tinha uma linha muito diferente, a do Luís Travassos (1945 – 1982), que era o outro concorrente da direção da UNE. Era o Zé Dirceu e o Travassos, um era da Ação Popular e o outro da dissidência do Rio de Janeiro, que depois veio a ser a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Mas o que a gente fazia era elaborar os debates e as discussões em cima do que ia ser defendido no dia do evento. A organização durou meses. Foi todo um trabalho, mas quando cheguei na hora do evento, eu não fui delegada para participar. Fiquei sabendo por um colega que tinha caído nas mãos da polícia, e aí eu já sabia no que ia dar, né? Prisão. Depois, me filiei ao PRT e fui presa num momento em que já não estava mais no partido, tinha entrado no MOLIPO. Como disse, não diretamente na luta armada, mas como apoio, principalmente. Fui presa pelo DOI-CODI a primeira vez em 1972, algum companheiro da MOLIPO foi preso pela Operação Bandeirantes e falou meu nome. A partir daí a polícia me levou, mas fiquei presa só por uma semana, porque não havia muito o que dizer e o grupo era bem fechado. Meu companheiro, Artur Scavone, também foi preso. Ele era do MOLIPO e eu não tinha ideia do que ele fazia, mas passou anos na prisão. Na época eu era professora de Sociologia na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Franca e fui demitida sem explicação. Fui na Secretaria de Educação e eles disseram “É porque a senhora é comunista”. Isso foi uma luta bem importante. Foi pela anistia política que consegui, 30 anos depois, o reconhecimento de que era professora, que fui perseguida e, portanto, merecia indenização de um salário mensal.



➤ **Operários Metalúrgicos contra a ditadura (1981). São Bernardo do Campo (SP)**

Após a sua segunda prisão, em 1974, você se muda para Londrina. Quais eram as diferenças de organização interna da militância de São Paulo para o interior do Paraná?

São Paulo tinha sido praticamente o palco de uma guerra, com morte de estudantes, com a invasão da Faculdade de Filosofia da Maria Antônia, que os estudantes direitistas da Mackenzie botaram fogo. Em São Paulo houve o auge da mobilização de passeatas. Eram muito grandes, com muita repressão, muito gás lacrimogêneo. Muita gente foi presa naquela época, entre 1967 e 1968. É claro que quando veio o AI-5, tudo isso acabou. Não dava para continuar, eram proibidas todas as mobilizações. Se tornou impossível que o movimento estudantil continuasse atuando só na universidade. Acho que nesse momento, quando se fecham todas as possibilidades de atuação, é que surgem os grupos mais ligados à guerrilha. Não tem solução institucional. Não dá mais. Já em Londrina, o movimento era muito mais cultural do que propriamente político. Era uma ci-

dade rural, produtora de café. Não existia um movimento operário lá. Era uma cidade muito provinciana, ainda. Claro que tinha discussão de questões nacionais dentro da universidade, mas eram questões mais locais. Eu, por exemplo, fui dar aula na UEL (Universidade Estadual de Londrina) e lá tinha uma atuação com um grupo de teatro da Joana Lopes, que ia para a periferia fazer teatro e atividades de artes plásticas. Eu levava filmes aos cinemas de Londrina para discussão, como o "Dodeskaden – O Caminho da Vida" (1970), do diretor Akira Kurosawa, que tratava de uma questão sobre favelas no Japão. Me arriscava, né? Alguns alunos eram filhos de fazendeiros, quem tinha acesso à universidade era a elite. Me lembro que dava aula no campus e ia de ônibus, quando numa das voltas para casa alguns alunos tentaram me atropelar no ponto, porque eles eram contra o que eu fazia dentro da universidade. Então, havia um clima de direita muito forte, por conta da classe social dos alunos. Fiquei dois anos [1975 e 1976] em Londrina, depois voltei para São Paulo.

➤ Operários Metalúrgicos contra a ditadura (1981). São Bernardo do Campo



Levando em conta o Movimento Feminino pela Anistia, como foi lidar com as resistências, tanto do regime militar quanto de setores da própria esquerda, ao tentar unir a luta pela anistia política com a luta pelos direitos das mulheres?

O movimento feminista não era muito bem visto. Mas, quando apareceu a história da Anistia, era discutido como eram as mães dos presos políticos, as mulheres, que estavam envolvidas com as demandas e condições dos presídios. Era muita barbaridade que acontecia lá dentro, muita tortura. A luta, a anistia e o feminismo, foi muito interessante, porque até então não existia nenhum movimento que tocasse na questão dos direitos políticos das mulheres, do direito ao corpo. Começou toda uma discussão da participação política das mulheres também, já que na maioria das vezes os movimentos tinham apenas homens na liderança. Então as mulheres se puseram à frente desse movimento e foi muito importante. Nessa época, meu companheiro ainda estava no Carandiru e eu vinha praticamente toda semana para São Paulo visitá-lo. Foi aí que comecei a ter contato com o movimento pela Anistia, já que eu era familiar de preso político. Comecei a ir às reuniões da Therezinha Zerbini (1928 – 2015) e organizar o movimento em São Paulo com os familiares dos presos. A partir disso, como já estava morando em Londrina e era muito próxima da Joana, que também estava ligada a vários movimentos, sugerimos para Therezinha lançar o movimento em Londrina. Foi assim que o movimento surgiu por lá e foi para outros estados.

O Movimento pela Anistia também foi responsável pelo nascimento do jornal *Brasil Mulher*, ao qual você participou ativamente desde o início ao lado da Joana Lopes e da Therezinha Zerbini. Como foi a articulação para a criação e produção do jornal?

Estávamos em Londrina, Joana e eu, e começamos a juntar outras mulheres ligadas a vários grupos políticos. A discussão da Anistia começou em São Paulo, mas foi em Londrina que tivemos a chance de fazer um jornal para ser o veículo de divulgação do movimento. Ti-

nham mulheres dentro da universidade que eram jornalistas e professoras, e a gente se reunia para discutir as questões do feminismo, que estava nascendo no Brasil. Vimos que isso era um “lance” bom e começamos a organizar os primeiros números do *Brasil Mulher*. Ele nasceu não especificamente em Londrina, foi meio que entre as duas cidades, mas a impressão era feita em Londrina, porque a Joana trabalhava na *Folha de Londrina*, era articulista e repórter. Ela percebeu que por volta da uma da manhã não tinha mais ninguém no prédio. E aí ela entrava lá, não sei como, e imprimia o jornal. Não sei se o dono do jornal sabia ou não, mas se sabia, deixava quieto. É curioso, tinha um jornalista, Domingos Pellegrini, que também trabalhava na *Folha de Londrina* e nos ajudava, porque tinha fotografia e outras técnicas que não dominávamos. A gente dominava a escrita, a pesquisa, a reunião com as mulheres. Fazíamos reuniões lá e aqui em São Paulo, com familiares de presos políticos e exilados. Tinha muitos exilados nessa altura. Começamos a nos organizar, pensando em duas coisas principais: o jornal como fonte de divulgação do movimento e a produção de um abaixo assinado pela Anistia, que levaríamos depois para o Congresso Nacional. Me lembro que fui para Brasília colher assinatura de vários deputados e senadores, e eles não só assinavam, como davam dinheiro para bancar o jornal. Não lembro de todos, mas o Ulysses Guimarães (1916 – 1992) sempre contribuía. Isso também ajudava para a distribuição do jornal. A gente levava pacotes do *Brasil Mulher* para entidades de mulheres em São Paulo, como, por exemplo, um outro grupo que produzia o jornal *Nós Mulheres*. Era um jornal feminista muito mais ligado à questão do sexo, do gênero, da atuação das mulheres na vida cotidiana e tudo mais. Enquanto que o *Brasil Mulher*, além de tratar destas questões, tratava também da luta política. Às vezes, nos reuníamos com elas para discutir outras pautas dentro do movimento feminista, não que necessariamente fossem entrar no jornal, estávamos nos formando também. Tinha que ler e discutir, estudar, ver o que estava em pauta na discussão. O pessoal do *Nós Mulheres* era bem interessante, eram trotskistas. Mulheres muito mais soltas, feministas e radicais do ponto de

vista das reivindicações que faziam e da postura que tinham. Eu participava também do jornal *Movimento*, que foi um dos nanicos da época da ditadura. Fazia um trabalho de coletar todas as notícias de jornais, botar num panfleto e levar para as fábricas. Pegava as notícias que diziam respeito aos trabalhadores, montava um pequeno jornal e levava para as fábricas uma síntese do que era mais importante, para que eles soubessem o que estava sendo divulgado na imprensa maior. Então, a gente distribuía os jornais quase sempre através de outros menores, como o *Movimento*, que também pegava pacotes do nosso. Mas tinha também todos os familiares dos presos políticos, que era um grupo de famílias bem coeso, que recebiam esses jornais. Eu acho que também ia para os sindicatos, para os movimentos de base. Era uma distribuição mais seletiva do que massiva, localizada em alguns setores que a gente sabia que não iam só receber, mas discutir o conteúdo. Depois teve uma distribuição a nível nacional do jornal, a gente ia de casa em casa, em duplas de mulheres, levava o *Brasil Mulher* e o abaixo assinado, explicava o que estava acontecendo, para onde a gente ia levar a lista. Uma coisa, assim, de Brancaleone, né? O exército de Brancaleone das mulheres. As primeiras três ou quatro edições foram em Londrina, depois passou a ser feito em São Paulo e incorporou mulheres de vários grupos políticos, começou um quebra-pau para definir a linha do jornal, para escolher os artigos. Quem escreve, quem não escreve, o que se publica, o que não se publica, quer dizer, a linha editorial do jornal. Daí passou para mão de vários grupos, do PCdoB, do Partido Comunista, de vários partidos socialistas. Passou a ter muita disputa política dentro do próprio jornal, foi quando eu saí.

Algum conteúdo do jornal te marcou mais?

Eu me lembro de uma foto que tinha uma mulher sentada, encostada em uma árvore e o marido fazendo as unhas dos pés dela. Era uma trabalhadora boia-fria. Em Londrina teve uma queima da produção de café devido uma geada fortíssima, que acabou com todos os cafeeiros e expulsou os trabalhadores que eram volantes e não tinham mais o que fazer. Eles colhiam café e não tinha mais, então eles emigraram. E essa mulher, que aparece no jornal, está sentada na praça com um saquinho com as malas. Ela está imigrando, com o marido, provavelmente com o filho, o cachorro, e ela se senta na praça, talvez para descansar, porque eles não tinham muito para onde ir. Eles saíam de lá sem saber para onde iam, sem saber onde morar. Provavelmente foi a Joana Lopes quem fotografou, pegou vários *flashes* dela sentada na praça e o marido fazendo as unhas do pé dela. Isso trouxe uma discussão à tona, que provavelmente os valores que vigoravam entre eles são outros. As mulheres boias-frias eram trabalhadoras, não eram “dondocas” como nós. Foi uma coisa super bonita, como se as desigualdades entre homem e mulher não fossem tão grandes. Porque os dois iam para a roça trabalhar, entende? As mulheres também iam catar café. Ombro a ombro com os homens.

➤ Foto de abertura da matéria publicada no jornal *Brasil Mulher*, edição de outubro de 1975.



O QUE DA PRA RIR DA PRA CHORAR... DEPOIS QUE A GEADA PASSOU E MATOU TUDO QUE É PÉ DE PLANTA O TRABALHO ACABOU... O JEITO É MATAR O TEMPO ENQUANTO... EU SOU VAIDOSA E O FRANCISCO É MUITO JEITOSO...

CARTA



"Sou roceira, não sei lê nem escrevê e quem tã escrevendo prá mim é a reporti que veio conversã cumigo. Quero que ela escreva tudo bem direito porque se ela mi enganã Deus castiga ela".

Sô quero pedir para as autoridades para não enganar a nós que trabalhamos na roça, plantamos e colhemos café, algodão, arroz, feijão, mais o café e, o algodão que nesse sul tem de perder de vista, e mais coisas que a gente nunca mais vê depois que colhe, porque os caminhões levam tudo pra tão longe que a gente num sabe que é que é feito.

Quero que a reporter diga para as autoridades que depois que eu vim de Minas, do caminhão do Seu Alonso, a minha vida piorou muito. Piorou ainda mais. Hoje, sô faço trabalhar, quando tem trabalho. E não tenho mais nem o vestido de ir à missa. Sô tenho farrapo e aqui quem tem cabedal, comenta dos outros e são capazes de nem deixar a gente entrar na igreja.

Eu quero que o jornal fale para todo mundo lá de Minas, das Alagoas, de Pernambuco, e de outras terras das gentes desgraçadas que estão aqui que nem

nôs, para não cair na conversa que aqui no sul é a terra da bonança, que chove dinheiro do céu e que tem tanta criação que os capados entram pela porta da cozinha.

Quero que o jornal diga para eles que é melhor ser pobre na terra da gente, pobre respeitado que ganha bom dia das pessoas, porque aqui a gente é chamada de vagabundo e anda sem destino com a mala na cabeça, indo de uma fazenda para outra, "caçando" trabalho ou, em cima dos caminhões que levam o pessoal que nem "gado animal".

E depois de tudo, ainda dá um tempo ruim, queima tudo, os fazendeiros mandam todo mundo embora, até família colona que ainda restava...

Maria Feliciano, mineira, 32 anos, de passagem pela centro da cidade de Londrina, Paraná em agosto de 1975.

Mandareinos o Brasil Mulher ao Presidente Geisel, D. Maria Feliciano. Se ele não tomar providências nós vamos fazer um pouquinho do que a senhora pede: vamos espalhar por aí o seu recado. Dizem que mulher sabe falar, então nós vamos falar muito, usar a boa fama para o que vale a pena ser esclarecido.



Apesar dos avanços nas discussões acerca do feminismo ao longo das décadas, você acredita que as pautas políticas atuais ainda se assemelham às discutidas pelo *Brasil Mulher*?

Eu acho que o movimento feminista avançou muito entre as mulheres brancas, intelectuais e de uma certa classe social, enquanto que as mulheres negras, por exemplo, ficavam praticamente fora das discussões. Eu acho que hoje temos uma situação em que os temas desenvolvidos lá atrás passam a ter vigência, porque a discussão de gênero põe em pauta que a questão não é mais apenas binária, hoje temos várias outras expressões de sexualidade que estão postas. O movimento LGBTI+ é um movimento que não é feminista, né? Abrange outras expressões e gêneros, enquanto também discute a questão das mulheres transexuais. Hoje temos discussões mais amplas, que vão além do feminismo. Por exemplo, tem a discussão de vários gêneros que estão em luta por reconhecimento, reconhecimento civil, inclusive. Existe uma autora, Judith Butler, que discute a divisão binária entre masculino e feminino. Hoje as discussões são bem mais variadas do que naquela época. Isso não vinha à tona, era só a questão da mulher, da opressão e de como as mulheres poderiam atuar na política. Hoje já existe uma ampliação muito grande de atuação das mulheres indígenas, das mulheres negras e transexuais, que estão com suas pautas no Congresso. Atualmente, o movimento é muito mais amplo, mas ainda carrega questões de base. <



“Aprender
a escutar
talvez seja
a melhor
forma
de esperar”

Almira Maria Maciel

por Carlitos Marinho

Em outubro de 2024, na edição nº 155 do jornal **Cândido**, foi publicado o relato de resistência de **Almira Maciel**, por Carlitos Marinho. Se envolveu na política por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), saindo em busca de espaços onde os debates sobre questões raciais eram mais efervescentes. Além de sua participação na coordenação da Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná no final dos anos 90 e outras instituições ligadas ao movimento, Almira também partiu para pesquisa acadêmica sobre as mulheres negras escravizadas em Curitiba (PR).



> Almira Maria Maciel

Almira Maciel, professora e militante histórica do Movimento Negro Unificado (MNU), diz que é necessário ir à rua e escutar o que o povo tem a dizer, mesmo quando o que for escutado possa não agradar aos ouvidos. O "esperançar" de Paulo Freire ao qual Almira se refere é a esperança com criticidade, como sempre teve ao longo de seus 77 anos de vida. Crítica desde criança, já foi tachada de "mal educada" por questionar a Ditadura Militar a um advogado amigo da família.

A luta de Almira foi fundamental para as conquistas do MNU tanto no Paraná quanto no Brasil. Nos anos de 1992 e 1993, Almira participou da articulação nacional da Marcha do Tricentenário de Zumbi em Brasília, encontro marcante para a reconstrução de ideais de heróis nacionais. Também foi uma das articuladoras da Comissão de Sindicalistas contra a Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e comandou a Secretaria de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná no final dos anos 90.

Sua militância se expandiu nacionalmente, envolvendo-se com a organização de debates sobre reparações e a denúncia de crimes de lesa humanidade na Conferência de Durban em 2001. A partir de sua relevância nacional, coordenou o Encontro de Educadores Negros e Negras do Paraná entre 2005 e 2008, um marco na luta contra o racismo no estado, que contou com a participação de figuras importantes como Vanda Machado, Helena Theodoro, Jorge Nascimento, Baba Diba e Yá Carmen Holanda.

Também realizou pesquisa acadêmica sobre as mulheres negras escravizadas em Curitiba no século XIX com o título "Você sabe fazer renda eu te alugo pra ganhar!", orientada pelo professor Luís Geraldo Silva. A monografia desfaz a falsa ideia de que na cidade de Curitiba não havia negros. Confira abaixo o relato e as reflexões de Almira, que de um jeito muito particular, coloca o dedo na ferida sobre o que ela bem entende.

"Minha mãe era uma pessoa... como é que eu posso dizer? Ela defendia algumas coisas, né?"

Eu nasci no litoral paranaense, em Paranaguá, porém fui embora cedo de lá, ainda bebê, quando meu pai foi transferido para São Paulo. Sou a filha mais velha de uma família de quatro irmãos do primeiro casamento do meu pai. Eu vim para Curitiba quando já tinha oito anos de idade.

Tive um contexto familiar que favorecia o debate político. Pelo menos o interesse. Amigos dos meus pais que iam lá em casa, que tinham outras ideias. Enfim, a gente convivia com essa realidade. Minha mãe era uma pessoa... como é que eu posso dizer? Ela defendia algumas coisas, né? Defendia a greve e era professora. Cresci um pouco nesse ambiente. Ainda criança, mas já observava.

"O diretor mudou algumas coisas no uniforme e a disciplina se tornou extremamente rígida"

Fui me inteirar do processo político e do que significava tudo isso mais tarde. Estava concluindo o ginásio quando a ditadura estava se instaurando. Porque no ginásio, ainda com 13 anos, só percebi a mudança quando trocaram a direção, quando esse regime já estava querendo se instaurar. Hoje eu faço essa relação. O diretor mudou algumas coisas no uniforme e a disciplina se tornou extremamente rígida. Horrível. Horrível, horrível. E isso foi em 1962, quando houve uma reforma na educação. Ele inclusive mudou os nossos sapatos. Era obrigatório usar um sapato que era mandado fabricar. Era um sapato horrível. Hoje eu chamo aquilo de coturno. Ele não era alto como um coturno, era baixinho, tipo sapato masculino, como a gente chamava na época. Era muito duro, machucava o pé e era amarrado. Então virou uma coisa muito, muito intensa. Eu não gostava daquilo, reclamava, enfim.

Minha mãe e eu já questionávamos isso. Então a disciplina, que sempre foi rígida no Instituto, ficou ainda mais intensa nesse período.

"Lá se reuniam alguns estudantes universitários, e eles tinham uma conversa interessante"

Mas só mais tarde eu fui fazer as associações. No magistério, promoviam jogos universitários e a gente ia, nos sábados à tarde, para algum clube ou para alguma escola. Eu nunca fui afeita a participar desses jogos, mas comecei a perceber que lá se reuniam alguns estudantes universitários, e que eles tinham uma conversa interessante. Comecei a prestar atenção nas conversas deles. Já era a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Adolescência, hoje em dia, é uma coisa que parece naturalizada, mas no meu tempo não se falava muito nessa questão. Eu era mais uma jovem estudante, e logo seria adulta. Então, aos meus 14, 15, 16 anos, os trotes que os universitários faziam para os calouros eram bem comuns. Eles faziam muitas críticas ao Brasil. Críticas políticas, uma série de coisas, e isso me chamava muito a atenção. Eu gostava porque a gente começava a ter outro olhar a respeito da realidade do país.

"Me lembro do meu irmão chegar em casa e contar que alguns amigos haviam desaparecido"

Em 1968, dois anos depois do falecimento da minha mãe, o meu pai casou-se novamente e fomos morar no centro, na Galeria Andrade, perto do Correio, onde hoje é a Estação Central. Ali os trotes começaram a ser reprimidos. Então veio o Ato Institucional nº 5 (AI-5), e a polícia começou a bater nos estudantes. A violência era terrível.

Me lembro de ter feito um comentário em casa, vendo aquilo de longe, aquele absurdo, aquela barbaridade. Porque aí eu já não me aproximava tanto dos trotes. A gente tinha um pouco de medo, é claro. Meu pai começou a nos alertar: "Cuidado com o que vocês estão dizendo, cuidado com o que vocês estão fazendo." Me lembro do meu irmão, que fazia cursinho para a universidade, chegar em casa e contar que alguns amigos haviam desaparecido depois de panfletarem no final

da aula. Nunca mais se soube deles. Não sei se a família soube, tudo isso aconteceu em pleno 68.

"Eu fiquei muito mal vista pela família da minha madrasta, principalmente, porque questionei um advogado"

Fiz uma crítica dentro de casa contra aquela violência. Um amigo da irmã da minha madrasta estava lá, e era advogado. Sem saber, fiz a crítica em alto e bom tom. Ele disse: "Não, veja bem, eles estão dizendo coisas que não deveriam dizer." Enfim, defendeu a agressão aos estudantes. Respondi: "Escute o que você está dizendo. Está falando que é certo agredir quem está mostrando para a população o que está acontecendo?"

Eu tinha noção do golpe naquela época, claro. Era 68, ou 69, e o golpe tinha acontecido em 64. Eram quatro anos de violência explícita. E ele me chamou a atenção. Era mais velho. E quem era eu? Uma jovem de 18 anos que "não sabia nada da vida", segundo ele. Mas eu questionei! Fui para o debate. Com pouca argumentação, mas fui.

Depois me chamaram a atenção de que aquilo não era jeito de responder o "doutor". Ele era doutor no quê? Doutor é quem defende uma tese, tem ela aprovada. Fiquei muito mal vista pela família da minha madrasta, principalmente, porque questionei um advogado. Enfim, comecei a me perceber como alguém meio "ríspida", até meio mal-educada, porque questionei esse advogado que defendia a agressão aos estudantes.

"Nós tínhamos reuniões mensais e semanais na Igreja de Xaxim"

Depois eu fiquei noiva e casei em 1969. Me distanciei um pouco dessas coisas. Olhava de longe. Não entrei para a militância nesse momento. As contradições da vida, né? Eu e meu esposo éramos oposição. Eu a ele e ele a mim. Como eu já era professora, acabei indo trabalhar. Minha filha nasceu em 1970. Então, me dediquei a cuidar dela e vivi aquele momento mais difícil.

Em 1973 eu vou morar num conjunto habitacional da Cohab, na Avenida Brasília. Naquele momento, surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os padres vêm para conversar com a gente, eram da Teologia da Libertação. Num instante, eu estou envolvida. Nós tínhamos reuniões mensais e semanais na Igreja de Xaxim, ouvindo o Padre Miguel e aprendendo o que era aquela ditadura. As CEBs faziam formação política. Todo esse momento faz uma transformação na minha vida. Um tempo depois eu começo a fazer algumas relações. A minha família é miscigenada. Tanto materna quanto paterna. No conjunto onde eu morava, comecei a perceber a presença de pessoas de origem não branca, certo? Aquilo me chama muita atenção. Eu tenho formação cristã pela família da minha mãe, mas a minha avó paterna era da umbanda.

""Por que você não está aqui com a gente para discutir a questão racial?'. Opa, tô indo. Já fui."

Gostava muito de ir para a casa da minha avó. Ela colocava discos de pontos de umbanda na vitrola. Tento compreender "o que é isso?", porque a formação nas CEBs não dava conta de explicar, e eu percebo as diferenças na forma em que as pessoas se referiam a elas mesmas.

Então, em 1980, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) nasceu, eu já tinha entendido o que era discriminação racial. Um companheiro chegou para mim e disse: "Mas você está fazendo o quê discutindo nesse grupo aí? Por que você não está aqui com a gente para discutir a questão racial?". Opa, tô indo. Já fui.

Vou para o Movimento Negro. Participo num primeiro momento da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP), em Curitiba. Eles eram agentes de pastoral, hoje são uma associação cultural. E dentro do PT, começamos a fazer esse debate, buscando conhecimento, aprofundando algumas questões, etc. Surge a possibilidade de ir para encontros nacionais. Aí eu conheço o Movimento Negro Unificado (MNU).

"Era um tempo que os *skinheads*¹ atacavam diretamente, enquanto andávamos pela rua"

A gente começa a articular e a ser articulado pelas lideranças. Eu me aproximei muito de Milton Barbosa, o Miltão. O MNU de Curitiba tem a mesma origem do MNU de São Paulo e do Rio de Janeiro: a luta contra a violência e o assassinato de trabalhadores negros. Em Curitiba, temos o Núcleo Carlos Adilson de Siqueira. Um trabalhador foi assassinado no Largo da Ordem



➤ No evento de lançamento da Comissão de Igualdade Racial, 2023



➤ Reunião da marcha de mulheres negras – Curitiba

1 No Brasil, o movimento *skinhead* chegou nos anos 1980, influenciado principalmente, pelas subculturas juvenis da Inglaterra. Assim como no Reino Unido, o movimento foi dividido em diferentes vertentes. Alguns grupos adotaram a estética e a ideologia neonazista e fascista e promovem, até hoje, violência contra minorias, imigrantes e pessoas LGBTQIA+.

quando estava desmontando o equipamento dele para ir para casa. Foi assassinado com um tiro à traição. Nós fizemos um grande movimento. Exigimos justiça. Fomos às autoridades e até hoje está esquecido, nunca foi solucionado. Era um tempo em que os *skinheads* atacavam diretamente enquanto andávamos pela rua. Não que não façam mais isso, mas naquele momento foi extremamente violento e intenso esse processo. A partir do MNU de Curitiba, começamos a organizar cursos de formação política. A Secretaria de Combate ao Racismo do PT do Paraná só surgiu em 1999. E foi uma articulação forte, com muita resistência. Mesmo entre nós, de origem negra, africana, há resistências. O processo de colonização fez isso conosco, não só em Curitiba, não só no Brasil. Então, em 1999, fui a primeira secretária de combate ao racismo do PT do Paraná.

"Em Curitiba a resistência era maior. Inclusive com a argumentação de que no Paraná não tinha negros"

Éramos questionados se não estávamos dividindo a luta de classes. Disseram que trabalhador é trabalhador e é explorado igual. Foi aí que buscamos na história trazer a diferença que existe entre a exploração do trabalhador, da trabalhadora, e o processo de racialização. O processo de discriminação racial imposto a nós, desde a nossa ancestralidade.

Em Curitiba a resistência era maior. Inclusive com a argumentação de que no Paraná não tinha negros. Nós fomos atrás dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e mostramos que o Paraná é o estado com maior percentual de negros e negras da Região Sul. Inclusive, só em 1995 que, após organizar e debater o tricentenário de Zumbi dos Palmares, nós fomos procurados pelos líderes do Quilombo do Paiol das Telhas. Dez Anos mais tarde, em 2005, foi criado o Grupo Clóvis Moura para mapear os quilombos do Paraná.

Ao trazer o debate para o presente, o momento demonstra o quanto precisamos estar articulados. É necessário articular novas formas de organização coletiva. O que nos resta frente ao genocídio? Então é um

jogo de capoeira, né? Se dá um passo para frente e se dão dois para trás para se organizar e voltar.

"A criança é obrigada a cortar o cabelo. Ou então andar com ele bem amarrado"

Hoje as pessoas se apresentam com base na estética de origem afro. As pessoas fazem isso com tranquilidade. Um pouco mais de tranquilidade, quero dizer. Há algum tempo isso não ocorria. Ainda assim, vivemos momentos de extrema angústia ao sermos rejeitados pela nossa estética. Isso ocorre na escola, por exemplo, a criança é obrigada a cortar o cabelo, ou então andar com ele bem amarrado. Os praticantes das religiões de matriz africana são criticados e desrespeitados ao usarem suas indumentárias.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi uma estratégia construída pelo movimento negro em 2003. Um passo para frente, sim, mas dois para trás. Por quê? Porque uma vez conquistada, acaba sendo alvo e passa a ser do interesse de ações que nem sempre contribuem para a luta antirracista.

Também não podemos deixar de citar a histórica conquista do movimento negro que foi a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Neste ano, foi alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras. E aí vêm os passos para trás, para implementação efetiva desta legislação, que deveria começar pelos centros de formação de educadores e professoras.

"A possibilidade, ainda que tênue, de reverter esse processo é..."

Como é que os quilombos estão ainda hoje no Brasil? Negam a sua unidade, impossibilitam o seu acesso aos bens públicos, educação, saúde, moradia e saneamento básico. Como é que os nossos centros sagrados, os nossos espaços sagrados violentados por incêndios, assassinatos das lideranças religiosas, como é que eles ainda resistiriam se não fosse a nossa força? E a nossa busca por reorganizar e construir uma outra história? Não é? Então, os avanços que existem acerca das questões raciais têm sido pensados, estruturados, elaborados e divulgados por esforço do movimento negro.

Foto: Acervo pessoal / Almagr Maria Marell | Edição: Juri De Sá



➤ **Na comemoração dos 45 anos do Movimento Negro Unificado (MNU), 2023**



➤ **Na Câmara Municipal de Curitiba**

O mito da democracia racial foi uma luta nossa. Porque a democracia racial nunca existiu. A libertação da escravidão que reverencia ainda hoje, infelizmente, uma redentora, é uma farsa. Fomos nós que denunciá-amos. Nós que dissemos que o 13 de Maio é só um momento de denúncia, porque a nossa data com significado libertário e emancipatório é 20 de novembro, a data do assassinato de Zumbi dos Palmares, um dos líderes dessa luta. Ainda temos muito para fazer. Por isso eu falo. O futuro vem aí. As juventudes vem aí. Contudo, a possibilidade, ainda que tênue, de reverter esse processo, é acreditar na importância do coletivo e observar como o imaginário popular foi penetrado pela ideia de que sofrer é bom. Porque o nosso mundo não é esse. No imaginário da população se concretizou o que hoje nós vemos nas manifestações religiosas. Como é que isso chegou ao ponto de intervir na política? Vemos o negacionismo dominando as inteligências negando a ciência, a vacina e a vida. Como as pessoas absorvem isso e ao mesmo tempo se sentem iluminadas pelo poder divino?

"Vamos esperar, como disse o Paulo Freire"

Esse mundo binário transformou as pessoas nisto: ou isso ou aquilo. Ou é ou não é. Ou quer ou não quer. Eu acho que a única forma, talvez, é fortalecer a ideia e a importância da construção solidária e coletiva. Como é que nós vamos fazer isso? Vamos começar a acreditar nela. Vamos começar a retomar a importância do estudo, da pesquisa, do conhecimento e esperar, como disse o Paulo Freire. Esperar é saber que é possível, sim, que nós estamos sendo alvo de depósito de mentiras, e nós aceitamos e acreditamos. É preciso acreditar e ir às ruas para ouvir o que o povo tem a dizer. Não é porque fiz uma reunião ali que acabou o fascismo, o racismo, o machismo e a LGBTfobia. A primeira coisa que devemos fazer é descobrir o Brasil. Como é que nós vamos descobrir o Brasil? Quem descobriu o Brasil? Vamos começar a ouvir as pessoas e seus questionamentos e o que elas podem nos trazer. Quais são os questionamentos que nós temos para nós mesmos?

Quais são os questionamentos que os grupos nos quais nós circulamos podem nos trazer? A partir das perguntas, que reflexões podem ser apontadas? Que estratégias podemos desenvolver e com que táticas podemos resistir?

Nós temos que ouvir as pessoas. Elas vão dizer tudo. Como é que nós vamos transformar esse tudo num projeto de sociedade? Aprender a escutar talvez seja a melhor forma de esperar. Esperar ouvindo. E na rua, o que é que esse povo está dizendo para a gente? Ouvir é uma das alternativas. <



Um pouco de história;
lembrar
para que
~
não
se repita

Noemi Osna

Noemi Osna Carricone é uma jornalista que se viu envolvida na luta como egressa da universidade pela democracia ao finalizar o curso. Militou pela Ação Popular (AP), partido que visava organização popular contra o regime e se inseriu nas lutas operárias se mudando para São Paulo. Seu relato, publicado em novembro de 2024 na 156ª edição do **Cândido**, traz sua jornada de conciliação entre resistência contra o regime e maternidade. Em 1969 saiu do Brasil rumo ao exílio após a prisão do marido, mais uma família que só retornaria ao Brasil com a Lei da Anistia. Em 1980 criou o jornal nanico *Boca no Trombone*, forma de resistência à Ditadura que ainda estava presente. Seguiu trabalhando no jornalismo em vários veículos de Curitiba (PR).





> Noemi Osna

Setembro de 1968. As palavras de ordem do movimento operário brasileiro e dos grupos que lutavam contra a Ditadura eram “Abaixo o arrocho salarial - 40 por cento ou greve”. Levantei bem antes de amanhecer e, empurrando uma barriga de 8 meses de gravidez, embarquei do centro de São Paulo em um ônibus lotado rumo à então fabril Zona Leste. Ia encontrar companheiros para a distribuição de panfletos contra a Ditadura em frente à fábrica da São Paulo Alpargatas, no Brás.

Certo, eu sei que 1968 ficou marcado pelo movimento estudantil das grandes passeatas, da luta nas universidades brasileiras e os protestos contra a Guerra do Vietnã. Mas eu havia terminado o curso de Jornalismo no ano anterior e agora, aos 21 anos, como participante de uma organização de esquerda, o objetivo era me integrar às lutas operárias em São Paulo, lutas que renasciam apesar da repressão. Após o golpe de 1964, os sindicatos haviam sofrido intervenção. Lideranças dos trabalhadores eram perseguidas, presas e torturadas o tempo todo.

Pois é. Naquele tempo, a gente casava e tinha filhos, mesmo na militância. E não havia gravidez ou filhos que impedissem ou diminuíssem aquele ímpeto por justiça social. Aquela vontade de ter um país solidário, sem exploração, sem entrega das nossas riquezas à avidez estrangeira. Se não tínhamos medo da repressão? Tínhamos e muito. Mas quando você é jovem, você acha que é imortal. Pode tudo. Então, ônibus lotado na ida e na volta. A barriga de oito meses de gravidez não resistiu ao aperto e a bolsa amniótica se rompeu. Dois dias depois, nasceu meu primeiro filho, Rudá.

Um mês depois nos mudávamos para Osasco. Casa alugada em um bairro operário e a busca por emprego em alguma fábrica para que pudéssemos participar do movimento operário e, a partir dele, ajudar a derrubar a Ditadura Militar e a estabelecer a justiça social.

Janeiro de 1969. O capitão do Exército Carlos Lamarca deixa o 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, Osasco. Leva consigo 63 fuzis, metralhadoras, munição, alguns soldados e uma kombi rumo ao Vale do Ribeira, para iniciar um núcleo guerrilheiro. Os órgãos de repressão, civis e militares, enlouquecem e passam a atacar com violência todo e qualquer movimento suspeito. Afinal, estávamos sob a égide do AI-5, Ato Institucional que permitia todo tipo de barbárie contra o povo brasileiro, desde a proibição de reuniões até prisões sem justificativa.

Nada mais suspeito que uma casa da periferia habitada por gente com cara de estudante e com um entra e sai constante de outros jovens ou de professor universitário que havia participado da greve dos metalúrgicos de abril em Osasco. No caso, o companheiro “Joel”, nome de militância adotado por Clemens Schrage, professor de Química da USP, que estava sempre por lá.

➤ Noemi e seus filhos em Toronto, Canadá

Foto: Arquivo pessoal / Noemi Ossa | Edição: Luni De Sá

Fevereiro de 1969. Meu marido sai cedo para a fábrica de tecidos onde recém havia conseguido um trabalho. Uma hora depois, em frente de casa, encosta uma Veraneio, condução utilizada pelo Esquadrão da Morte. Dele saltam uns caras fortes, vestidos à paisana, cabelos em corte militar. Um deles bate na minha porta. Dois dias antes, eu havia sofrido um acidente e recebi pontos na cabeça. Abri a porta e um deles, parecendo muito educado, perguntou pelo Joel. Respondi que ele não morava lá. O que eu não sabia é que aquele companheiro já estava preso e sendo barbaramente torturado.

Percebi, é claro, que se tratava da polícia. Rudá em seus 5 meses dormia no bercinho. E logo ao lado da porta, em uma mesa, uma máquina de escrever trazia o relatório de militância de uma companheira — essa sim, morava conosco. Senti a cabeça rodar e disse ao “visitante” que havia sido atropelada e que estava com tontura. Ele disse que estava sabendo pelos vizinhos e se ofereceu para me acompanhar até a cama. Agradeci e eles partiram.

Deixei meu filhinho com uma vizinha e corri até a fábrica avisar o meu marido sobre a “visita”. Depois, era tirar de vista todos os documentos e papéis — eram centenas, pois estávamos “provisoriamente” funcionando como depósito da organização. O único lugar disponível era o forro da casa. Uma cadeira em cima da mesa e, pelo alçapão, fui colocando a papelada. Quando terminei tudo e olhei para o teto, percebi que ele tinha ficado com uma protuberância, tal o peso do material.

Fim de tarde. Os policiais retornam em sua Veraneio e decidem vasculhar a casa. Tive sorte. Só olham um cômodo que ficava fora. Não encontram material subversivo, mas roupas e documentos de uma antiga colega de faculdade que estava se decidindo se iria ou não se juntar a nós na luta e, alguns dias na semana, dormia lá, pois de dia completava uma especialização em hepatologia no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Levam seu diploma de Medicina, documentos pessoais e se retiram. Ao sair, encontram e levam meu marido, que acabava de chegar em sua bicicleta, preocupado com a esposa recém acidentada.



Foto: Arquivo pessoal / No com Osna / Edição: Luri De Sá



▶ Da esquerda para a direita, Aritanan, Maira, Noemi e Rudá Osna Carriconde

▶ Foto tirada no Exílio

No dia seguinte, consigo fazer contato com a Organização e peço que envie alguém para retirar a papitada. Volto a subir no forro e tiro os documentos pelos fundos da casa — havia um terreno baldio onde um carro foi encostado.

Com Rudá no colo, uma sacola com mamadeira, um pouco de leite em pó, algumas fraldas de pano e uma muda de roupa, vou ao encontro de um companheiro em São Paulo para ver o que fazer da vida. Durmo aquela noite em seu apartamento. Mas durante o dia, tive que sair, pois era um endereço conhecido do meu marido e a polícia poderia me procurar por lá. No final da tarde, voltamos a nos encontrar e ele me encaminha para outro lugar.

Foi assim durante alguns dias. Durante o dia vagando com o bebê pelas ruas e à noite dormindo sempre em um endereço diferente. Residências de companheiros e até de outros grupos que tinham medo, mas que não me recusaram abrigo.

Fui informada que o advogado Sérgio Motta, que mais tarde seria ministro de Fernando Henrique Cardoso, queria falar comigo. Pensei: “ele é advogado e pertenceu à Ação Católica, vai ver que vai me ajudar”. No encontro, ele me avisa que a polícia está atrás de mim e que se me pegar vai “enfiar um cassetete na vagina para eu contar tudo o que sei”. E foi embora, sem maiores conversas.

Até que, finalmente, uma professora da rede pública de São Paulo, militante da Ação Católica, me concede “asilo” em sua residência no Sumaré. Ficamos lá por quase três meses, eu e o Rudá, desfrutando daquele acolhimento.

Em maio de 1969 meu marido foi libertado. Afinal, ele não tinha nada a ver com Lamarca, nem com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nem com as organizações de ação direta contra a Ditadura. Éramos da Ação Popular (AP), partido clandestino voltado à organização popular contra a Ditadura Militar, contra o imperialismo americano e contra todas as formas de opressão. E portanto, segundo explicaram a ele, estava sendo “solto provisoriamente, pois a AP seria assunto a ser encarado num segundo momento”.

De São Paulo a Curitiba por dois dias. E de Curitiba rumo ao exílio no Uruguai onde engravidei do meu segundo filho, Aritanan, e depois ao Chile onde Aritanan nasceu em 1970. No Chile também nasceu a minha filha Maíra, em 1973. E de onde tivemos que fugir de Pinochet* e seus assassinos primeiro para o Panamá e depois para o Canadá.

Regressamos ao Brasil no final de 1979 com a Anistia. Uma anistia bem diferente desta que querem aprovar no Congresso. Apesar de que aquela, a de 1979, também anistiou os torturadores. Mas isso é assunto para outra conversa. <

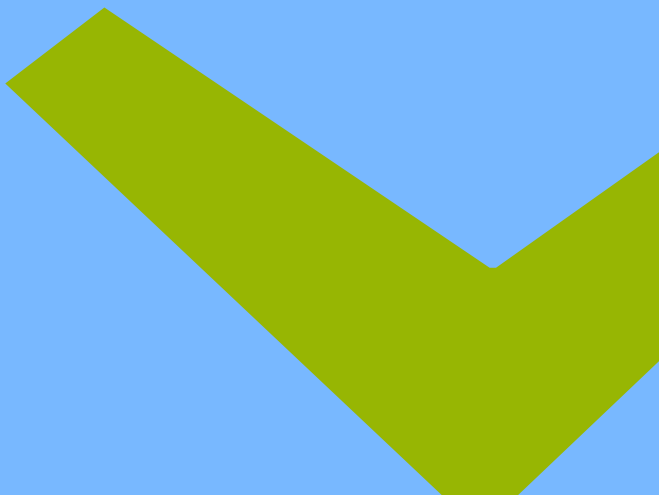
*Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (1915-2006). General do exército chileno e ditador que governou como presidente do Chile de 1973 a 1990.

Tem um chão para a gente trabalhar

Sueli Bellato

por Vivian Faria

Sueli Bellato é graduada em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e teve uma grande atuação na resistência contra a Ditadura e também no combate à violência no campo. Seu envolvimento começou pelas pastorais dentro da igreja, algo que influenciou sua escolha de graduação. Entre muitas de suas funções, Sueli chegou à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, na qual participou como vice-presidente e conselheira, se envolvendo nos processos de reparação às vítimas do regime. Em dezembro de 2024, Sueli contou mais sobre sua vivência na militância ao **Cândido**, na edição que encerra a série especial, em entrevista a Vivian Faria.





> Sueli Bellato

30 de abril de 1964 foi um dia cinzento, conta Sueli Bellato. E estranho. Primeiro, foram os inúmeros vagões transportando carros-tanque que ela viu a caminho da escola. Depois, ao chegar lá, não teve aula. Alguma coisa estava acontecendo, mas, aos 11 anos, ela não entendia exatamente o quê.

A compreensão não tardou. Ainda adolescente, a paulistana filha de operários e moradora da periferia conheceu a Pastoral Operária e se envolveu com a Pastoral da Juventude. Nas ações dos grupos, além de ver mais das contradições da realidade brasileira, teve contato com as violências do regime e começou a trilhar seu caminho como militante dos direitos humanos, o que envolveu a escolha pela vida religiosa e a formação em direito.

Inicialmente, atuou no movimento urbano na região de São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo. Depois, mudou-se para a Paraíba, onde atuou como advogada em uma região canavieira e acompanhou o caso da camponesa e líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada a mando de latifundiários da região. A partir dali, dedicou anos ao movimento rural e ao combate à violência no campo, em diferentes estados do país.

No início dos anos 1990, foi convidada para trabalhar pelos direitos humanos em Brasília, primeiro na Procuradoria Geral de República e depois na Câmara dos Deputados. Em 2003, chegou à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, onde foi vice-presidente e conselheira — e, por mais de uma década, envolveu-se diretamente com pedidos de desculpas e concessão de indenizações a perseguidos políticos da ditadura.

Ao **Cândido**, Sueli conta um pouco sobre sua experiência como militante de direitos humanos e, a partir das recentes ameaças à democracia, analisa o trabalho feito para lidar com as consequências da ditadura.

Quando o Golpe aconteceu em 1964, você era uma criança. O que fez você perceber exatamente o que era a ditadura e como ela ameaçava os direitos humanos?

Foi a minha participação, já como advogada, ainda jovem, recém-formada, nas casas e prisões, no movimento grevista.

De 1964 até 1979, era praticamente impossível fazer greve, elas eram fortemente reprimidas. Mas teve uma greve famosa, de Osasco [em 1968], e [no movimento operário e no sindicalismo] que tem uma proeminência anterior a São Bernardo do Campo. E o que fazia com que Osasco e depois São Bernardo tivessem essa força? Era o movimento da Pastoral Operária.

Eu acho que a Pastoral Operária realizou um papel muito importante na Igreja, de conscientização, de envolvimento. Então, ter vivido nessa Igreja comprometida com os pobres e desejosa de se libertar da ditadura militar, ter tido um Dom Paulo Evaristo Arns, um Dom Luciano Mendes... O time que tínhamos aqui em São Paulo era muito forte e isso acabou contribuindo na nossa formação e no enxergar as contradições, que não era só uma questão de medo do comunismo — isso era um pretexto! Era uma proposta de não se aproximar de nenhum modelo que trouxesse uma capacidade crítica maior e um desejo de libertação, era um medo de libertação social, econômica e política.

E como foi para você, uma mulher jovem e recém-formada, a experiência de militar pelos direitos humanos em plena ditadura? Você sofreu violências? Houve alguma diferença por ser religiosa?

Eu nunca fui presa, nunca fui também atrás da minha folha da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), do que os serviços de segurança e informação pensavam da minha militância, mas as restrições e censuras que eu sofri acho que foram comuns às mulheres que exerciam o mesmo tipo de atividade que eu.

Eu não vejo que eu tive nem privilégio nem desvantagem por ser religiosa, porque eu nunca me coloquei dessa forma. No caso Chico Mendes, por exemplo, fui

como advogada, não coloquei nenhuma identificação que me desse algum tipo de proteção ou de privilégio. No Movimento Sem Terra também, todo mundo sempre soube que sou freira, mas ninguém me colocou num lugar diferenciado. Então, se eu sofria machismo, sofria como as outras mulheres. Se sofria autoritarismo, sofria como outras mulheres. Se sofria piadinha de delegados de polícia e ameaças, as outras mulheres na minha situação também sofriam.

Considerando toda sua experiência com a ditadura militar, como você define aquele período para as pessoas e para o país?

Foi como se estivéssemos submetidos a uma inanição. Não podíamos reagir a tudo que acontecia. Aliás, estou lembrando agora que estamos falando. Deveria ter uns 13 anos, já estava no ginásio na época, e eu sempre usei óculos — sempre usei e nunca gostei de usar, sempre esquecia meus óculos em algum lugar. E num período em que não tinha ginásio na proximidade da



Foto: Acervo Pessoal / Sueli Bellaro | Edição: Iuri De Sá

"Falamos de 1964 a 1985, mas, na verdade, nós somos resultado de muitos outros golpes", analisa

minha casa, estudei em um distante, à noite, e esqueci meus óculos embaixo da carteira. Logo cedo, eu voltei para localizar meu óculos. Quando estou passando em frente à delegacia do bairro, a uma distância de quase 300 metros de mim, os policiais jogam um homem de dentro da delegacia na rua, todo machucado. Aquilo é um retrato que nunca saiu da minha cabeça, da época da ditadura. Possivelmente, esse homem foi preso por crime comum, alguma coisa que ele tenha praticado ou até que não tenha praticado, mas essa arrogância das instituições só cresceu, esses males só cresceram, porque nós não podíamos reagir, estávamos impedidos e coagidos. A pessoa que fizesse qualquer reclamação poderia desaparecer para não se ter mais notícias, ou reaparecer tempos depois muito machucada. Então, passamos um tempo da nossa vida sem conseguir entender o que estávamos vivendo.



Foto: Pedro França / Agência Senado, 2016 | Edição: Juri De Sá

Sueli Bellato diz que o desconhecimento dos jovens é tão grande que se chega à ousadia de dizer que nós não tivemos uma ditadura

Acho que o nosso nível cultural — com ressalvas e exceções, pessoas que tiveram mais possibilidades por caminhos vários — nunca foi de um povo que fizesse muita crítica da realidade. Somos um caldo de situações que, por muito tempo, nos deixou mudos, com pouca capacidade de responder. Falamos de 1964 a 1985, mas, na verdade, nós somos resultado de muitos outros golpes. Já tínhamos vivido golpes, como no Estado Novo, a nossa história é muito conturbada. E nunca soubemos que os golpes que aconteceram no país resultaram em uma responsabilização. Parece que dar golpe dá certo, né? Se chega no 8 de janeiro muito facilmente nessa linha de pensamento. “Deu certo lá atrás, pode dar certo de novo, né? Então, vamos fazer o que pensamos que tem que ser feito, porque nunca ninguém foi preso no país porque deu golpe”. E agora se pede anistia para quem destruiu todos os poderes — e mais: tentou destruir o pouco que a gente conseguiu alicerçar da democracia. Isso é mais grave ainda e eles nem enxergam o tanto de mal que fizeram não só para eles mesmos, mas para as futuras gerações, projetando uma ideia que estabelecer autoritarismos dá certo.

Aproveitando que você tocou nesse ponto: no ano em que o Golpe de 64 completa 60, temos a revelação de que havia outro plano de golpe se encaminhando. Em que pontos falhamos como Estado e sociedade para chegarmos nessa situação de novo?

Na minha experiência na Comissão de Anistia, que julgo que foi uma das mais positivas que eu vivi, fizemos movimentos muito elitistas, muito para nós mesmos. Não conseguimos dar uma abrangência maior para aquele jovem que a gente, às vezes, supõe que não está ligado ou que não está interessado. Nem tentamos e nem conseguimos, de alguma forma, furar esse pensamento nosso de achar que não valia a pena tentar conversar principalmente com juventude. Então, a juventude acabou se acostumando a não ter um papel, nem nada a fazer, ao ponto de negar que tivemos uma ditadura nesse país. O desconhecimento é tão grande

que se chega à ousadia de dizer que nós não tivemos uma ditadura.

Vemos no depoimento dos jovens, na falta de interesse, na alienação, no tipo de consumismo que experimentamos.

Então, creio que não trabalhamos e não temos trabalhado suficientemente a alfabetização política, não dialogamos com jovens, porque achamos que eles não estão interessados ou até por uma ingenuidade, porque quisemos poupar a juventude das atrocidades do passado e isso também foi equivocado, porque a gente não evita o sofrimento do outro escondendo a verdade.

Mas nem tudo está perdido. Têm muitos grupos de jovens que estão reagindo. Não quero generalizar que a juventude é alienada, mas quero dizer que nós, mais velhos, deixamos muitas vezes de ter um papel mais pedagógico ou mais propositivo com jovens e deixamos de dialogar suficientemente.

Em relação ao trabalho da Comissão de Anistia, o que faltou?

Acho que faltou — e até cheguei a ter alguns embates com meus colegas — dizer: “Eu vou lá para o Recife fazer uma Caravana da Anistia, mas eu não vou fazer para, eu tenho que fazer com”, ou seja, tenho que fazer junto com os atores que atuam nessa cidade, nesse estado. Muitas vezes, com a maior boa vontade, porque isso não foi planejado para dar errado, não enxergamos que se a gente fizesse sozinho também acabaríamos sozinhos, sem a retaguarda da população.

Estou lembrando a questão indígena. Estive junto com os suruís lá no Pará, mas quem estava junto comigo? Era só o Ministério da Justiça. Aí falhou e está falhando. É engraçado e parece ruim falar sobre o que eu errei, porque parece que vou ficar mais vulnerável, mas não, podemos ficar mais fortes quando reconhecemos que poderia ter sido diferente e que, ainda hoje, a Comissão cumpre um papel muito importante, com a oportunidade de fazer diferente e não repetir os erros que cometemos no passado.

Qual a importância desse trabalho, dessa reparação, de forma ampla, mas para você também? Hoje estamos falando muito do caso Rubens Paiva, em razão do filme. Algum caso específico te marcou ao longo dos anos trabalhando na Comissão?

É, você veja... mesmo no caso da história da Eunice Paiva, fica a pergunta se ela foi reparada, porque demorou tanto tempo, nunca apareceu o corpo do Rubens Paiva. Enquanto tiver arquivos sendo negados, enquanto tiver informações sendo sonegadas, eu acho que é impossível ter reparação.

O de menos é essa reparação econômica, que é muito simbólica. Imagine, ainda que desse R\$1 milhão na mão da família da Eunice Paiva, o que traria de volta todo o prejuízo que eles sofreram com a ausência do pai em tudo que eles viveram depois? Todas as ausências, todo o momento de vestir a camisa do pai que não existiu mais, a mudança abrupta que eles tiveram que fazer. Para mim, tem muitos casos que me marcaram. Um deles — que também acho que não teve uma reparação, acho que, no fundo, nenhum deles tem reparação na proporção do que eles sofreram — foi o caso da Rose Nogueira, jornalista da *Folha de S. Paulo*, que tinha ligação com os Dominicanos que estavam presos.

Ela tinha tido bebê há oito, dez dias. A polícia invade a casa dela, ela é presa e estupidamente torturada. Tinha a questão do leite materno, então eles aplicam uma injeção para secá-lo. Passam o tempo todo ameaçando que vão dar o neném dela, aí chamam os sogros, a quem tinham entregue a criança, para visitar a Rose. Os sogros iam com a criança, passavam o dia na delegacia aguardando e, no fim do expediente, eles diziam: “Não, hoje vocês não vão vê-la”. Foram dias dessa tortura que ultrapassou a pessoa dela, atingiu os sogros, o marido, o neném de uma forma tão cruel que você imagine se qualquer reparação que ela pudesse ter recebido poderia repor tudo isso que ela viveu.

Isso é um caso, tem outros tantos que me marcaram muito, me deixaram uma pessoa muito sensível...

Então, acho que essas reparações são muito mais simbólicas do que é possível alcançar.



"Tem um chão para a gente trabalhar, que podemos rever nossos currículos escolares, chega de contar história da carochinha, nas academias das polícias também tem que ser modificado", afirma

Mas são necessárias?

São necessárias, porque têm um efeito pedagógico, para dizer que isso nunca mais pode acontecer. Agora, a falta de punição, a falta de abertura dos arquivos... Eu não acredito que alguém tenha destruído os arquivos, principalmente os que estão nas Forças Armadas. Ninguém destrói provas que podem lhes servir. E a história de não revelar onde estão os corpos... Onde está Rubens Paiva? Onde está o Honestino Guimarães? Onde está Fernando Santa Cruz? São muitas pessoas e muita falta de resposta. E eles têm!

Quando tem a operação do Araguaia que deslocou mais de 8 mil homens para aniquilar 80 jovens, você tem as folhas dos cadastros dos pontos, de quem se deslocou para aquela região. Por que essas pessoas nunca foram ouvidas para dizer o que fizeram na Serra das Andorinhas com os corpos?

Quando eu fiz parte de algumas sessões da busca de desaparecidos do Araguaia, a gente ainda encontrava latinhas daquelas de carne de porco. Aquilo tinha demais na Serra das Andorinhas há dez anos e era o alimento que os americanos mais mandavam para o exército do Brasil.

Aliás, qual a participação que os EUA tiveram? Vamos ficar acreditando que só foi a pressão do Lincoln Gordon, embaixador da época? Que não teve outras atuações empresariais, civis, militares dos EUA no golpe tanto do Brasil quanto do Chile e de outros países? É isso que eu penso: tem um chão para a gente trabalhar, que podemos rever nossos currículos escolares, chega de contar história da carochinha, nas academias das polícias também tem que ser modificado. <

Equipe do jornal *Cândido* (2024 – 2025)

Bianca Weiss nasceu em Arapongas, no norte do Paraná. Formada em Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR), é repórter do jornal *Cândido*.

Francisco Camolezi nasceu em Jaciara, interior do Mato Grosso, formado em Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR), é colaborador do jornal *Cândido*.

Letícia Lopes é natural de Curitiba (PR), cursa Letras Português na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e trabalha no setor de Difusão Cultural da Biblioteca Pública do Paraná, junto à equipe de redação do *Cândido*.

Lucas de Lima nasceu em Curitiba (PR). Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi vencedor na 14ª edição do Prêmio Jovem Jornalista, do Instituto Vladimir Herzog, em 2022. É colaborador do jornal *Cândido*.

Luiz Felipe Cunha nasceu em Curitiba (PR) é jornalista, formado pela Universidade Positivo (UP). Foi repórter e é colaborador do jornal *Cândido*. Atualmente é editor na Kotter editorial.

Maria Beatriz Peres nasceu em Casa Branca (SP), formada em Comunicação Organizacional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Trabalha no setor de Difusão Cultural da Biblioteca Pública do Paraná, com a equipe do jornal *Cândido*.

Marianna Camargo nasceu em São Paulo (SP), é jornalista, escritora e editora do jornal *Cândido*. Possui especialização em Gestão Cultural Comunitária, pela Universidade da República do Uruguai (Udelar) e Gestão de Informações Públicas e Base de Dados (Agestic/Governo Federal do Uruguai).



Colaboradores

Carlitos Marinho (1997) nasceu em Mariluz, no Paraná. É jornalista na Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC) e pesquisa Gestão Cultural no Programa de Pós-Graduação da Unespar.

Gunther Furtado é servidor público e economista, nascido e criado em Curitiba (PR), com breve período de "exílio" no Chile. Trabalha na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Noemi Osna Carriconde é jornalista formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciência Política pela Ottawa University, Canadá. Criou em 1980 o jornal nanico *Boca no Trombone*, contra a Ditadura que ainda perdurava no país. Trabalhou em diversos jornais de Curitiba (PR). De 1993 até 2021 foi produtora e apresentadora de programas radiofônicos voltados à música na *Rádio Educativa do Paraná*, entre eles "Choro Vivo", "Música e Paladar" e "Grandes Maestros e suas Orquestras Maravilhosas".

Vivian Faria é jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como repórter, editora e redatora freelancer. Foi editora da revista *Pinó*.

MULHERES CONTRA A DITADURA

Série especial publicada no Jornal *Cândido* em 2024

Diretor da Biblioteca Pública do Paraná

Luiz Felipe Leprevost

Editora

Marianna Camargo

Redação *Cândido* (2024 – 2025)

Bianca Weiss

Francisco Camolezi

Leticia Lopes

Lucas de Lima

Luiz Felipe Cunha

Maria Beatriz Peres

Marianna Camargo

Colaboradores da série *Mulheres Contra a Ditadura*

Carlitos Marinho

Francisco Camolezi

Gunther Furtado

Lucas de Lima

Maria Beatriz Peres

Marianna Camargo

Noemi Osna

Vivian Faria

Capa e diagramação

Iuri De Sá

Diagramação com base no design gráfico do Jornal *Cândido*
criado por Rita Sollieri.

O Jornal *Cândido* é publicado desde agosto de 2011 pela Biblioteca Pública do Paraná, órgão vinculado à Secretaria do Estado da Cultura e ao Governo do Estado.



Cândido

imprensa@bpp.pr.gov.br

candido.bpp.pr.com.br

[instagram.com/candidobpp](https://www.instagram.com/candidobpp)



BIBLIOTECA
PÚBLICA
DO PARANÁ



PARANÁ 
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA